

**ACTA DA ÚNICA REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO CACÉM, DO DIA VINTE E TRÊS DE FEVEREIRO DE DOIS MIL E SETE -----**

Aos vinte e três dias do mês de Fevereiro de dois mil e sete, reuniu pelas vinte e horas e trinta minutos, na Casa do Povo de Abela, em Sessão Ordinária, a Assembleia Municipal de Santiago do Cacém, com a seguinte: -----

**-----ORDEM DO DIA: -----**

- 1. Expediente. -----**
- 2. Actas. -----**
- 3. Danos decorrentes das intempéries de 3 e 4 de Novembro de 2006, no Município de Santiago do Cacém. -----**
- 4. Congresso da ANMP – Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia e seu Suplente. -----**
- 5. CPCJ – Santiago do Cacém – Funcionamento.-----**
- 6. PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL -----**
  - a) Proposta de Regulamento para atribuição de Apoios Financeiros ao Movimento Associativo Desportivo; -----
  - b) Proposta de Regulamento Municipal de Alienação de Lotes de Terreno para habitação; -----
- 7. Actividade Autárquica. -----**

**Efectuada a chamada verificou-se estarem presentes os Membros:** Sérgio Baptista Pereira Bento, Maria Olímpia Lampreia Silva, Carlos Manuel Lourenço Pereira Dias, Arnaldo Pereira Gonçalves Frade, Paula Maria Daniel de Melo Lopes, Joaquim António Gamito, Maria de Lurdes Palminha Pereira Gomes, Nuno Alexandre Vilhena Braz, António Gonçalves Pereira, José Augusto Sabino Diogo, José Élio Sucena, Luís Filipe Nunes Flório Duarte, Margarida Isabel de Matos Pereira, António João Antunes Isidoro, Francisco José Alves Barbosa de Castro Roque, João Saraiva de Carvalho, Miriam Mills Mascarenhas Barbosa Vicente, Igor Filipe Almeida Guerreiro, Jorge Manuel Pereira Simões Romano Pinela, José Joaquim Catalino dos Santos, Rui Manuel da Conceição Madeira dos Santos, Nuno Aires, Alberto Manuel de Sousa Dias de Brito, Hélder António Pereira Nunes, Vítor Paulo de Jesus Miguel Barata, Ângela Matias, Armando Vítor Rodrigues Climas, Joaquim António Gonçalves, Pedro Miguel Candeias Pereira Gamito e Fernando Gonçalves dos Santos. -----

**Não compareceram os membros:** Alexandre António Cantigas Rosa. -----

**Verificou-se ainda a presença** do senhor Presidente da Câmara Municipal, Vítor Proença, e dos senhores Vereadores, Margarida Santos, Álvaro Beijinha, Manuel Mourão e Maria dos Anjos Polícia. -----

**Foi dado início aos trabalhos da seguinte forma:** -----

-----**ANTES DA ORDEM DO DIA:**-----

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL – SESSÃO DESCENTRALIZADA** -----

O senhor Presidente referiu que a realização desta Sessão descentralizada da Assembleia Municipal, a exemplo de outras que irão ter lugar nas diferentes freguesias, realiza-se em Abela, pelo facto, entre outros, desta Freguesia ter sido assolada pelas intempéries. -----

O senhor Presidente agradeceu à Junta de Freguesia de Abela e à Direcção da Casa do Povo pelo apoio na realização desta Sessão. -----

-----**RENÚNCIA AO MANDATO - SUBSTITUIÇÃO DE MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL**-----

Na sequência da renúncia ao mandato do senhor José Figueira Capela e do senhor Fernando José da Silva Semião Palminha, eleitos do PS, foi convocado o senhor Fernando Augusto Pereira de Sousa, o qual se seguia naquela lista, tendo o mesmo afirmado solenemente aceitar as funções que lhe são confiadas. -----

-----**SUBSTITUIÇÃO DE MEMBROS DA ASSEMBLEIA - PRESIDENTES DE JUNTAS DE FREGUESIA**-----

O senhor Presidente informou que nesta Sessão da Assembleia, o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Cercal do Alentejo e o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santo André são substituídos pelos seus representantes legais, senhor Nuno Aires e senhora Ângela Matias, respectivamente. -----

-----**ALTERAÇÃO À ORDEM DO DIA**-----

Interveio o senhor Arnaldo Frade para solicitar alteração da ordem do dia, no sentido de ser incluída a **proposta do Grupo Municipal do PS, sobre descentralização das Sessões da Assembleia Municipal**, a qual entregou na Mesa da Assembleia, na 2ª reunião da Sessão Ordinária de 21 de Dezembro de 2006, que teve lugar no dia 12 de Janeiro de 2007. -----

O senhor Presidente colocou o assunto à consideração da Assembleia, não tendo sido levantadas objecções, **o assunto foi incluído como ponto seis**, com a conseqüente alteração da numeração dos pontos seguintes. -----

Pela senhora Margarida Pereira, em representação dos eleitos da CDU, foi apresentada a seguinte **“SAUDAÇÃO:** -----

Nós, eleitos da CDU, vimos saudar todos os cidadãos pelos resultados obtidos no Referendo de dia 11 de Fevereiro de 2007, nesta luta sincera pelo respeito à dignidade da mulher.-----

Com este resultado consolida-se, em termos gerais, o direito à liberdade de escolha, bem como, especificamente, os direitos da mulher, sendo que são estas as principais envolvidas no processo.-----

Esta decisão dos portugueses é um veículo para evitar que as mulheres sejam criminalmente penalizadas na já penosa decisão da Interrupção Voluntária da Gravidez. A vitória do SIM abre caminho à solução que há décadas é objecto da acção e luta, na tentativa de erradicar situações de aborto clandestino, realizados em péssimas condições, pondo muitas vezes a mulher em perigo de vida. -----

Uma vitória que constitui um reforço à democracia e à liberdade, que honra os valores e os direitos conquistados com Abril. -----

Abela, Assembleia Municipal, em 23 de Fevereiro de 2003.”-----

O senhor Arnaldo Frade referiu que o Grupo Municipal do PS se associa aos resultados obtidos, acrescentando que a CDU esteve contra o Referendo, enquanto o PS apostou na voz do Povo, da qual não tem receio, ficando provado que estava no bom caminho. -----

O senhor João Saraiva de Carvalho, em representação dos eleitos da CDU, apresentou a seguinte proposta de Moção: -----

### -----“MOÇÃO-----

Os eleitos da C.D.U na Assembleia Municipal de Santiago do Cacém, analisando o desenvolvimento da tentativa de encerramento do SADU no Concelho, tiram as seguintes conclusões:-----

- Dado o défice existente nos médicos de família nos Centros de Saúde, seria completamente desajustado o encerramento deste Serviço;-----
- Os Serviços de Urgência e a Unidade de Cuidados Intensivos do Hospital Regional do Litoral Alentejano, lutam com insuficiência de recursos humanos, situação que o encerramento daquele serviço viria ainda a agravar;-----
- A obtenção de consultas e assistência médica é difícil e morosa para muitos utentes daquele serviço, o que deveria levar ao reforço de recursos e não ao encerramento do serviço.-----

Dada a importância descurada dos cuidados de saúde primários, e porque o Centro de Saúde e respectivas extensões não dispõem, na actual conjuntura, de acessibilidade rápida, como seria desejável e necessário, o SADU é uma resposta para as necessidades de consulta médica de avaliação ao utente e respectivo encaminhamento necessário. ----

O SADU responde às situações de rotina, embora com dificuldades, como uma triagem às urgências do Hospital Regional do Litoral Alentejano e4 nos casos em que se justifica a continuidade de assistência.-----

Recorda-se que as populações do Concelho de Santiago do Cacém, já se manifestaram publicamente contra o encerramento deste Serviço. -----

Pelo exposto, os eleitos da C.D.U., põem à discussão e votação desta Assembleia Municipal, a seguinte deliberação: -----

**“A Assembleia Municipal de Santiago do Cacém, reunida em sessão ordinária, no dia 23 de Fevereiro de 2007, não concorda e repudia o anunciado encerramento do SADU de Santiago do Cacém. -----**

Aprovada esta Moção, será divulgada às seguintes entidades: -----

Sua Excelência o Senhor Presidente da República. -----

Senhor 1º ministro. -----

Senhor Ministro da Saúde. -----

Autoridades de Saúde de Santiago do Cacém.-----

Câmaras e Assembleias Municipais limítrofes.-----

Órgãos da Comunicação Social, nacionais, regionais e locais.”-----

O senhor Presidente colocou a proposta de Moção para discussão. -----

Interveio o senhor Arnaldo Frade, começando por cumprimentar todos os presentes em geral e os munícipes de Abela, em particular. -----

Relativamente à proposta de Moção referiu concordar com a maior parte dos considerandos no que respeita aos elementos de facto, nomeadamente as dificuldades na obtenção das consultas e a falta de médicos nos centros de Saúde. Contudo, considera que o proposto é contrário ao que aqueles factos consubstanciam. Acrescentou que o PS tem nesta Assembleia a responsabilidade de fiscalizar as actividades da Câmara Municipal, mas entende que tem outras responsabilidades e, neste quadro, reuniram com o Director do Centro de Saúde, o qual os informou que, se o SADU encerrar, os

médicos que ali prestam serviço vão fazer consultas nas extensões de Saúde no Concelho aumentando os actos médicos nas freguesias, tendo sido dado como exemplo Ermidas, que dispõe agora de uma médica, pelo que as pessoas ali residentes quase não recorrem ao SADU, dado que têm na sua freguesia consultas diárias de prevenção, pelo que consideram que é preferível aquela solução, que evita a deslocação das pessoas, já que não é possível ter os médicos necessários para o funcionamento do SADU, do Centro de Saúde, das Extensões de Saúde e do Hospital, o que seria o ideal. Assim sendo, e tendo em conta que existe um Hospital a quatro quilómetros do SADU, com esta medida aqueles que vivem mais longe da sede do Concelho podem ter mais vezes um médico para lhes prestar os cuidados primários de saúde, o que difere do proposto na Moção, pelo que irão votar contra.-----

O senhor Joaquim Gamito referiu que o senhor Arnaldo Frade não o convence apesar de toda a sua argumentação porque não existe qualquer garantia de que todas as freguesias vão ter médico e que a ele poderão recorrer a qualquer momento que adoçam, acrescentando que é muito diferente recorrer ao SADU, onde existe alguma rapidez no atendimento, do que recorrer às urgências do Hospital onde esperam, três, quatro ou mais horas para serem atendidos, pelo que, em sua opinião, deve haver mais médicos nas freguesias, mas o SADU deve continuar.-----

Interveio o senhor José Catalino, Presidente da Junta de Freguesia de Abela, começando por manifestar a sua satisfação pela realização desta Sessão, em Abela, com o qual também os residentes na mesma se sentirão honrados.-----

Mais referiu que o assunto em apreço tem vindo a ser discutido em várias ocasiões, onde teve oportunidade de informar sobre o que sucedeu em Abela quando deixou de haver médico de família, em que foi realizada uma reunião com a população, com a presença do senhor Presidente da Câmara Municipal, o senhor Presidente da Assembleia Municipal e o senhor Director do Centro da Saúde, tendo este informado que para colmatar aquela situação passaria a vir um médico à Freguesia com mais frequência, o que não sucedeu, o médico vem só algumas vezes.-----

Acrescentou que não é o encerramento do SADU que vai resolver os problemas da Saúde, porque estes são de uma grande amplitude.-----

O senhor Fernando Gonçalves referiu que na sua Freguesia, Vale de Água, nem sequer existe uma Extensão de Saúde, pelo que, sente necessidade de dizer algumas verdades, nomeadamente o facto do senhor Arnaldo Frade se preocupar mais em defender o PS e o Governo, do que as populações que sofrem com esta situação. Acrescentou que as pessoas que residem em Vale de Água têm que se deslocar a S. Domingos para ter uma consulta, o que nem sempre conseguem, porque os médicos só atendem duas horas de manhã e duas horas à tarde, enquanto no SADU permanecem durante doze horas e também nos fins de semana, pelo que, considera que o mesmo deve continuar aberto porque é onde as pessoas ainda conseguem ser consultadas.-----

O senhor Arnaldo Frade referiu que cada pessoa tem o direito de ter a sua opinião sobre o assunto, acrescentando que contactaram o Director do Centro de Saúde para se inteirarem da situação, pelo que, o que transmitiu foi, efectivamente, as informações que lhes foram dadas e das quais não duvida, contudo, considerou que, se existem dúvidas, seria oportuno que a Assembleia Municipal convidasse o Director do Centro de Saúde para as esclarecer e para que as populações possam ajuizar se as medidas previstas são ou não para melhorar os cuidados de saúde.-----

Mais referiu que, se as pessoas de Vale de Água preferem deslocar-se de táxi à sede do Concelho para serem consultadas em vez de serem atendidas mais perto, é uma opção sua. Contudo, parece-lhe que é melhor uma situação semelhante à que foi criada em Ermidas, para evitar a deslocação das pessoas.-----

O senhor José Sucena referiu que todos tem o direito de emitir as suas opiniões, mas considera que se deve ter em conta a contestação que existe a nível nacional sobre a política de Saúde, o que é reflexo de que algo está mal. Acrescentou que não é compreensível que se defenda o encerramento do SADU com base no facto de, neste momento, uma médica se deslocar a Ermidas.-----

O senhor Arnaldo Frade referiu que na sua intervenção defendeu uma questão em concreto, pelo que, considera que não vale a pena generalizar como o senhor José Sucena fez, acrescentando que será o primeiro a contestar a política do Governo se ela afectar a população do Município. -----

Interveio o senhor Francisco Roque, começando por saudar a população de Abela, referindo em seguida que é a segunda vez no actual mandato que a Assembleia Municipal reúne de forma descentralizada, o que considera positivo, esperando que até ao final do mandato seja dada uma volta completa ao Município. -----

Relativamente à questão do encerramento do SADU, referiu que se trata de uma discussão já iniciada, considerando que não é forçoso que a reorganização dos Serviços de Cuidados de Saúde seja negativa para a população, a qual, hoje, recorre muito às urgências porque não existe serviço de proximidade. Acrescentou que o encerramento do SADU podia ser uma forma de disponibilizar médicos, mas é preciso que haja uma garantia da sua ida regular às freguesias, porque os serviços de urgência do Hospital não têm a capacidade e a acessibilidade necessária para responder a toda a população, sendo também difícil aos munícipes acederem ao Hospital a partir das freguesias que ficam distantes, até porque não existe um serviço regular de transporte a partir da Cidade de Santiago do Cacém até àquele Hospital.-----

Mais referiu que a resolução do problema da Saúde não deve passar apenas pelo encerramento ou não do SADU, mas sim pelo conjunto integrado dos Serviços de Saúde, o que passa também pelas acessibilidades, ou seja, a possibilidade das pessoas disporem de transportes regulares para se deslocarem às Unidades de Saúde.-----

Referiu ainda que o encerramento do SADU pode ser mais uma situação de constrangimento para as populações, pelo que, a se avançar com esta medida, devam estar garantidas as alternativas de acesso a Cuidados de Saúde. Acrescentou que, à partida, aquela situação parece pouco aceitável, havendo o risco dos resultados serem diferentes do esperado.-----

A senhora Maria Olímpia considerou impossível que as urgências do Hospital do Litoral Alentejano possam vir a prestar um atendimento aceitável à população dos cinco Municípios. -----

Interveio o senhor Joaquim Gonçalves, referindo que na última Sessão da Assembleia Municipal se referiu ao assunto em apreço, nomeadamente sobre o que foi debatido nas reuniões com o Director do Centro de Saúde, cujas previsões foram sempre no sentido da situação vir a piorar nas Extensões de Saúde, o que tem vindo a acontecer com o encerramento das mesmas, pelo que lhe suscita algumas dúvidas o facto do senhor Arnaldo Frade afirmar que o Dr. Rui Calado o informou que, se o SADU encerrar, as freguesias vão dispor de mais actos médicos.-----

Não havendo mais inscrições para o uso da palavra, o senhor Presidente colocou a **proposta** de Moção para discussão, a qual foi **aprovada, por maioria**, com vinte e três votos a favor, dezanove dos eleitos da CDU, senhores, Sérgio Baptista Pereira Bento, Maria Olímpia Lampreia Silva, Paula Maria Daniel de Melo Lopes, Joaquim António Gamito, António Gonçalves Pereira, José Élio Sucena, Margarida Isabel de Matos Pereira, João Saraiva de Carvalho, Igor Filipe Almeida Guerreiro, José Joaquim Catalino dos Santos, Rui Manuel da Conceição Madeira dos Santos, Nuno Aires, Hélder António Pereira Nunes, Vítor Paulo de Jesus Miguel Barata, Ângela Matias, Armando

Vítor Rodrigues Climas, Joaquim António Gonçalves, Pedro Miguel Candeias Pereira Gamito e Fernando Gonçalves dos Santos, quatro dos eleitos do PSD, senhores, Carlos Manuel Lourenço Pereira Dias, Nuno Alexandre Vilhena Braz, José Augusto Sabino Diogo, António João Antunes Isidoro e Jorge Manuel Pereira Simões Romano Pinela.-- Seis votos contra, de eleitos do PS, senhores, Arnaldo Pereira Gonçalves Frade, Maria de Lurdes Palminha Pereira Gomes, José Augusto Sabino Diogo, Miriam Mills Mascarenhas Barbosa Vicente, Alberto Manuel de Sousa Dias de Brito e Fernando Augusto Pereira de Sousa.-----

Duas abstenções, uma de um eleito do PS, senhor Luís Filipe Nunes Flórido Duarte e outra do eleito do BE, senhor Francisco José Alves Barbosa de Castro Roque. -----

**JUSTIFICAÇÕES DE VOTO:** Pelo senhor Arnaldo Frade foi apresentada a seguinte declaração de voto: “Voto contra no pressuposto de que o encerramento do SADU possa significar o reforço da melhoria dos cuidados de saúde às populações através da maior dotação de médicos nas Extensões de Saúde. -----

O senhor Francisco Roque manifestou preocupação no encerramento do SADU, porque apesar de poder ser uma medida esperada de racionalização dos Serviços de Saúde no Município, pode ter efeitos contrários, pelo que, o BE aguardará que os Serviços de Saúde dêem as garantias necessárias para que assim não seja. -----

A senhora Ângela Matias declarou que relativamente às promessas e ao que, continuamente, o Governo tem vindo a referir, também foi prometido que a Maternidade reabriria e há quinze anos que se está à espera, pelo que, considera que não se pode confiar neste tipo de promessas. -----

-----  
Pela senhora Paula Lopes, em nome dos eleitos da CDU, foi apresentada a seguinte proposta de Moção:-----

-----**“MOÇÃO** -----

Os eleitos da CDU na Assembleia Municipal de Santiago do Cacém manifestam o seu repúdio pela proposta apresentada à Câmara Municipal pelo Ministério da Educação visando o encerramento de **8 escolas do 1º Ciclo do Concelho de Santiago do Cacém, S. Francisco, Arealão, Foros do Locário, Aldeia do Cano, Sonega, Pouca Farinha, Deixa-o-Resto e Brescos.** -----

Sabe-se que no passado ano lectivo muitas escolas encerraram no nosso país e este ano é objectivo do Ministério encerrar mais 900. -----

Tendo conhecimento que a Câmara Municipal está a debater esta proposta com os Agrupamentos de Escolas, Associações de Pais, Juntas de Freguesia e Instituto das Comunidades nas diferentes localidades a fim de ouvir as opiniões de todos para de forma mais sustentada e participada emitir o seu parecer, manifestamos a nossa profunda preocupação pela proposta em causa. Parece-nos elevado o número de escolas proposto para encerramento e além disso as consequências que daí poderiam advir para o concelho.-----

Considerando que o encerramento de escolas de forma administrativa, cega e puramente economicista com vista à redução da despesa pública não contribui para uma melhor formação das crianças. Ajuda a aumentar as assimetrias locais já existentes e que por este facto ainda mais se acentuam não proporcionando a todos de igual modo o acesso à educação de forma igual e democrática. A Assembleia Municipal manifesta publicamente a sua preocupação pelos problemas que tal poderia causar caso se concretize a proposta. -----

Cada situação deve ser avaliada de forma individual pois as realidades envolventes são diversificadas:-----

- Algumas escolas são o único pólo de cultura, e fixação das respectivas comunidades. -
- Muitas vezes as escolas receptoras não dispõem de todas as condições de acolhimento, não apenas pelos edifícios, mas pelos locais das refeições e também dos transportes, podendo correr-se o risco de vir a haver demasiados alunos no mesmo espaço escolar.--
- As distâncias casa-escola podem tornar-se maiores para alguns alunos. -----

A Assembleia Municipal de Santiago do Cacém reunida a 23 de Fevereiro de 2007, em Abela, considera que as opções não podem ser cegas e meramente numéricas. Há vários factores que têm de ser tidos em conta e objecto de uma análise criteriosa. Em primeiro lugar que tenha como fim proporcionar às crianças uma educação de qualidade. -----

Divulgar: -----

- Ministra da Educação. -----

- DREA. -----

- Órgãos da Comunicação Social, nacional, regional e local.” -----

O senhor Presidente colocou a proposta para discussão. -----

Interveio o senhor Arnaldo Frade, referindo que ao longo dos anos não tem sido comum a CDU apresentar este tipo de posição, com a qual concorda, dado que: manifesta preocupação; refere o acompanhamento às Associações de Pais e Agrupamentos; o entendimento de que cada caso deve ser analisado por si só e que todos os factores devem ser considerados. -----

O senhor Joaquim Gonçalves referiu que a Escola de Foros do Locário, na Freguesia de S. Domingos, tem dez alunos, estando a mesma assinalada para encerrar, o que vai obrigar à deslocação daqueles alunos para a Escola da Sede da Freguesia, a qual dispõe de duas salas que estão lotadas, pelo que se interroga como vai ser possível a integração de mais dez crianças e onde é que vão almoçar, dado que saem das suas casas muito cedo e só regressam à tarde. -----

Acrescentou que é preciso ter muito cuidado com o encerramento das escolas, sendo necessário primeiro criar as condições para a integração dos alunos nas escolas de acolhimento. -----

O senhor Fernando Gonçalves referiu que no ano transacto foram encerradas escolas na Freguesia de Vale de Água, pelo que, no presente ano lectivo, a Junta de Freguesia tem que transportar as crianças para a EB1 de S. Domingos porque a EB1 de Vale de Água não tem capacidade para mais alunos. -----

Acrescentou que, se a EB1 de Vale das Éguas não tivesse sido encerrada, este ano tinha oito alunos. -----

Mais referiu que é esta a situação que o Governo cria para não pagar a professores, fazendo com que as Autarquias tenham que transportar crianças de grandes distâncias, algumas superiores a vinte quilómetros, e obrigando as mesmas a ficar longe de casa durante grande parte do dia. -----

O senhor José Catalino referiu que das medidas do Governo deste tipo, já resultou o encerramento do Posto da GNR, foi retirado o médico de família, agora pretende encerrar a EB1 do Arealão e, amanhã, quem sabe, a EB1 da Sede da Freguesia. -----

O senhor Jorge Pinela referiu concordar com o teor da Moção, mas considerou que a mesma, por si só, não vai resolver os problemas. Acrescentou que as crianças são cada vez menos pelo que há escolas que tem mesmo que encerrar, sendo necessário intervir para melhorar as condições das escolas nas sedes de freguesia e de outras escolas de acolhimento. -----

O senhor Francisco Roque referiu que este assunto assenta na mesma realidade que está a acontecer na Saúde, porque os critérios que estão a ser utilizados para a racionalização de meios nestas áreas, são critérios cegos e economicistas. Acrescentou que são definidos intervalos, com base nos quais as escolas com menos de dez alunos são

encerradas, pelo que, considerou que com esta politica, daqui a dois ou três anos os Ministérios vão poder apresentar boas execuções orçamentais, dado que a saúde deixou de ser uma prioridade, o mesmo acontecendo com o ensino, porque o défice, é a prioridade. -----

Mais referiu que algumas escolas devem ser encerradas por não terem condições para o ensino, mas outras deverão ser reforçadas. -----

O senhor Presidente concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal que manifestou vontade de dar alguns contributos para a discussão deste assunto, referindo que no Município há um conjunto de escolas assinaladas para encerrar, as quais fazem parte da lista das novecentas previstas encerrar, no País. Acrescentou que no ano transacto, a lista era de mil e cem escolas, tendo o Ministério da Educação, com esta medida, poupado setecentos e cinquenta milhões de euros em ordenados de professores. Contudo, a dúvida que a mesma lhe suscita, é se esta poupança reverteu numa maior capacitação das pessoas deste País. -----

Mais referiu que a Câmara Municipal investiu cem mil euros na reconstrução da EB1 da Sonega, tendo para o efeito apresentado candidatura, não recebendo, até agora, qualquer apoio. -----

Considerou oportuna a apresentação da Moção sobre este assunto, apelando para que haja consenso na sua aprovação. -----

O senhor Arnaldo Frade referiu que para que haja unanimidade relativamente às propostas apresentadas à Assembleia, é preciso que os proponentes também se esforcem nesse sentido, como é o caso em apreço. -----

O senhor Jorge Pinela questionou a Câmara Municipal, se está disponível para participar em projectos de novas escolas. -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que nos documentos previsionais para dois mil e sete, os quais não mereceram a aprovação do senhor Jorge Pinela, está prevista a construção da EBI de Santiago do Cacém. -----

Não havendo mais inscrições para o uso da palavra, o senhor Presidente colocou a **proposta de Moção** a votação, tendo sido **aprovada, por unanimidade e aclamação.** -

-----  
Pelo senhor José Élio Sucena, em nome dos eleitos da CDU, foi apresentada a seguinte

-----**“DECLARAÇÃO DE HOMENAGEM:** -----

Neste dia 23 de Fevereiro em que passam vinte anos sobre o falecimento de José Afonso, queremos prestar a nossa homenagem ao lutador anti-fascista e ao Artista de rara sensibilidade e talento que contribuiu de forma indelével para a divulgação e prestígio da música portuguesa. -----

Queremos ainda congratularmo-nos pela sessão evocativa de José Afonso, que decorrerá no próximo dia 03 de Março em Santo André, por iniciativa da Associação Quadricultura com o apoio da Câmara Municipal de Santiago do Cacém. -----

Abela, Assembleia Municipal, aos 23 de Fevereiro de 2007.” -----

Esta declaração foi subscrita por toda a Assembleia. -----

O senhor Arnaldo Frade declarou que, há algum tempo atrás, o Município Socialista de Grândola promoveu uma homenagem nacional a Zeca Afonso, e que, agora, é um Município PCP que o faz, o que prova a dimensão do mesmo, facto que considera positivo. -----

-----  
Pelo senhor José Élio Sucena, em nome dos eleitos da CDU, foi apresentada a seguinte proposta de Moção:-----

-----**“MOÇÃO** -----



A apresentação à Direcção Geral da Política Regional da Comissão Europeia de candidaturas para financiamento da 1ª fase dos Sistemas Intermunicipais de Água e Saneamento por parte de quatro Associações de Municípios do Alentejo, entre elas, a AMLA – Associação de Municípios do Litoral Alentejano o que integra Santiago do Cacém, teve como razão principal a obtenção de melhorias naqueles sistemas em benefícios das populações. -----

Embora os objectivos do projecto tenham sido reconhecidos como correctos por aquela Direcção-Geral da Comissão Europeia, as candidaturas não foram aprovadas, depois de decorridos cinco anos desde a apresentação e após várias revisões efectuadas pelas associações candidatas. -----

O chumbo das candidaturas é justificado pela constatação de lacunas em aspectos técnicos e económicos e em questões ambientais.-----

No fundamental, o preenchimento destas lacunas competia ao Estado Português, com a colaboração das associações candidatas, consoante ficou estabelecido na reunião de Novembro de 2005, efectuada em consequência do primeiro pedido de esclarecimentos feito pela DGPRCE.-----

Na verdade, na referida reunião ficou definida a necessidade da articulação entre o ICN – Instituto da Conservação da Natureza, o INAG – Instituto da Água e a CCDR – A na emissão de pareceres, compatibilizados entre si, de modo a que fosse dada resposta cabal a todas as questões suscitadas pela DGPA da Comissão Europeia.-----

Lamentavelmente o Estado Português não prestou os esclarecimentos necessários, nem promoveu a necessária articulação entre os vários organismos da administração central entre si e destes com a administração local, de modo a obter a aprovação das candidaturas. -----

Como é sabido, trava-se hoje um forte combate ideológico sobre o futuro da propriedade e gestão da água, havendo claros indícios de que o que se pretende não é garantir que a água continue a ser um bem público gerido pelos órgãos representativos das populações, mas antes otimizar o rendimento financeiro das empresas de água dando a estas o controlo total da captação e da distribuição. -----

Perante a situação a que atrás se refere, a Assembleia Municipal de Santiago do Cacém, reunida em sessão ordinária a 23 de Fevereiro de 2007, delibera: -----

1. Manifestar o seu protesto pela forma pouco atenta e cuidada como o Governo encarou a apresentação da candidatura da AMLA – Associação de Municípios do Litoral Alentejano ao financiamento pela União Europeia dos Sistemas Intermunicipais de Água e Saneamento. -----

2. Solidarizar-se com as populações abrangidas pelo Sistema Intermunicipal de Água e Saneamento do Litoral Alentejano pelos prejuízos que irão sofrer com a não aprovação do financiamento, que arrasta consigo consequências quanto à qualidade e abastecimento de água e no desenvolvimento e melhoria do saneamento.-----

3. Apoiar a Câmara Municipal na defesa do Sistema Intermunicipal de Água e Saneamento, enquanto estrutura que garante a posse e distribuição pública da água e o saneamento na defesa dos interesses e bem-estar das populações, reiterando, assim, a deliberação no mesmo sentido tomada por unanimidade em anterior Sessão da Assembleia Municipal.-----

4. Repudiar as manobras de divisão entre os municípios que integram os vários Sistemas Intermunicipais de Água e Saneamento, aproveitando o pretexto da não aprovação do financiamento, como se fosse o Sistema Intermunicipal o culpado da situação e não o objectivo cada vez mais claro de dificultar a continuação da captação e distribuição da água no domínio municipal. -----

5. Que esta Moção seja divulgada às Populações pela Comunicação Social e pelos órgãos informativos do Município.-----

Município de Santiago do Cacém, Abela, 23 de Fevereiro de 2007. -----

Os eleitos da CDU.”-----

O senhor Presidente colocou a proposta de Moção para discussão. -----

Interveio o senhor Arnaldo Frade, referindo que sobre esta matéria, o que está em causa são dois modelos possíveis para a resolução do problema: o modelo multimunicipal e o modelo intermunicipal. Acrescentou que as Câmaras Municipais que optaram pelo sistema multimunicipal, como foi o caso da Câmara Municipal do Redondo, têm o problema resolvido, o que não acontecer com aquelas que optaram pelo sistema intermunicipal, como é o caso em apreço, o qual não foi aprovado pela Comissão Europeia, com base em razões que fundamentou, vindo agora as Câmaras Municipais que escolheram este modelo pedir contas ao Governo por um chumbo do mesmo na União Europeia, quando o senhor Ministro do Ambiente se disponibilizou para apoiar na resolução do problema. -----

Mais referiu estranhar que, sendo a candidatura apresentada por Associações de Municípios, seja apresentada esta proposta de Moção, sem se saber qual a posição daquelas sobre este assunto, pelo que, em sua opinião, importa saber qual é a posição, nomeadamente da AMLA, para se saber, como é que esta questão tem vindo a ser discutida e qual é a decisão que vai ser tomada, de forma a se perceber o que está em causa e avaliar quais os caminhos possíveis.-----

Referiu ainda que uma das associações, a AMALGA, comprometeu-se a criar uma empresa no âmbito do sistema e não o fez.-----

O senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que a não aprovação daquela candidatura pela União Europeia prejudicou mais de duzentas e cinquenta mil pessoas no Alentejo.-----

Informou que enquanto a candidatura dos quatro sistemas intermunicipais não era aceite, foram aprovadas, em Dezembro de dois mil e seis, três candidaturas do sistema multimunicipal para o Norte do País: Trás-os-Montes, Ave e Minho. -----

Mais esclareceu que nos sistemas multimunicipais, os Municípios alienam as suas competências e não estão em maioria, ao contrário do que sucede nos sistemas intermunicipais, onde as Câmaras Municipais têm a maioria, definem as propostas, a população abrangida e o tarifário. Acrescentou que no mandato anterior foi aprovada, por unanimidade, na Assembleia Municipal, a proposta da Câmara Municipal na qual se optou pelo sistema intermunicipal, pelas razões atrás expostas, e porque o sistema multimunicipal é gerido pela Empresa Águas de Portugal, que pode vir a ser privatizada, com a intervenção de capital estrangeiro, de Multinacionais Francesas e Alemãs, pelo que, a adesão àquela sistema significava a entrega de direitos fundamentais das populações a interesses que nem sequer são portugueses, acrescentando que há quem afirme que não existe o risco de privatização daquela Empresa, contudo, lembrou que também se dizia que não havia risco de privatização da Telecom, da EDP e da ANA e o mesmo está a acontecer. -----

Referiu também que a água é o negócio do século XXI, pelo que o sector das águas e saneamento são muito cobiçados, acrescentado que estão em causa nascentes e águas subterrâneas que não devem ser privatizados, porque as populações vão ter que pagar o tarifário que lhes for imposto, pelo que, considera importante que a Câmara Municipal continue no modelo intermunicipal.-----

Referiu ainda que não se compreende a não aprovação da candidatura em Bruxelas, informando que a candidatura foi apresentada em dois mil e um, e a primeira vez que Bruxelas pediu esclarecimentos sobre a mesma foi em Outubro de dois mil e cinco,

tendo o Governo, através do Ministério do Ambiente, só dado alguns esclarecimentos, nove meses depois, criando assim condições para inviabilizar a candidatura, no sentido de vir a favorecer as Águas de Portugal.-----

Interveio o senhor José Catalino, informando que o Município de Mogadouro, no Distrito de Bragança, decidiu sair do sistema multimunicipal porque os custos que lhe foram imputados eram muito elevados.-----

Mais referiu que também gostaria de conhecer a posição da AMLA – Associação de Municípios do Litoral Alentejano, mas acontece que o senhor Presidente da Associação marcou uma reunião para o dia cinco de Fevereiro, em Cuba, com as outras Associações e Municípios, para decidirem sobre as acções a desenvolver relativamente a situação do processo, à qual não compareceu, nem avisou os outros participantes que ia faltar. -----

Referiu ainda que foi o Governo que enviou o processo de candidatura para Bruxelas, pelo que é ao Governo que se deve pedir responsabilidades sobre esta matéria.-----

O senhor José Sucena considerou de muito mau gosto a abordagem feita pelo senhor Arnaldo Frade relativamente à posição do Presidente da Câmara Municipal do Redondo nesta matéria, informando que o seu Partido, o PCP, não o apoio por uma questão de dignidade.-----

Mais referiu que o que parece é que a candidatura em causa só não foi aprovada porque se trata de um sistema intermunicipal, já que as candidaturas do sistema multimunicipal têm sido todas aprovadas, acrescentando que há uma vontade política e ideológica de retirar às Câmaras Municipais e às populações o domínio sobre as captações de água para o entregar às Águas de Portugal, em relação à qual não existe segurança em termos de futuro. -----

Mais referiu que, o que se sabe, é que o Presidente da Assembleia Geral de uma Associação do Norte Alentejano que gere um dos sistemas multimunicipais, recebe mais de cinco mil euros para dirigir duas ou três reuniões por ano, facto com o qual não pode concordar, porque considera que é necessário que as populações possam continuar a ter acesso aos responsáveis dos sistemas, neste caso, o Presidente da Câmara e outros eleitos, para questionar sobre o aumento da água ou outra questão a ela associada, ou seja, que os bens públicos indispensáveis às populações continuem a ser geridos pelos seus representantes, eleitos de quatro em quatro anos. -----

O senhor Arnaldo Frade referiu que quando deu como exemplo a Câmara Municipal do Redondo, foi com base nos factos, não fazendo qualquer referência ao carácter do Presidente daquele Município.-----

Relativamente à opção da maioria das Câmaras CDU pelo sistema intermunicipal, referiu que as mesmas assumiram compromissos, nomeadamente a constituição de uma das entidades para a gestão do sistema, cujo prazo terminou em Setembro de dois mil e seis, o que ainda não se concretizou, assim como outros procedimentos, o que levou ao chumbo da candidatura por Bruxelas. -----

Mais referiu que há um processo em curso, pelo que é necessário ver qual o caminho a seguir, tendo em conta os interesses das populações, questionando se será de persistir no mesmo caminho, com um conjunto de falhas identificadas, caso estas não sejam resolvidas atempadamente. -----

Acrescentou que ele e o Partido Socialista não têm medo do Estado, não desconfiam dos privados, os quais têm direito a existir, e não se identificam com a expressão: “grande capital”, acrescentando que o sistema intermunicipal também prevê a inclusão de privados. -----

Referiu ainda que não lhe pareceu elegante a intervenção do senhor José Catalino sobre a ausência do senhor Presidente da AMLA a uma reunião, porque quando a senhora

Governadora Civil se deslocou a Abela para tratar das situações resultantes das cheias, o senhor Presidente da Junta de Freguesia também não teve presente na reunião. -----

Interveio o senhor Francisco Roque, referindo que o preocupa a existência de orientações muito precisas nas directivas sobre a água, na Lei-quadro da Água e na União Europeia, que definem e orientam os Municípios para a privatização dos sistemas da água, situação também defendida pelo PS. -----

Acrescentou que a União Europeia definiu esta situação, eventualmente, por influência de grandes empresas que gerem o negócio da água, particularmente empresas francesas. Mais referiu que também o preocupa o facto de dez mil munícipes de Santiago do Cacém não serem servidos pelo sistema municipal, mas pela empresa Águas de Santo André, que é uma das empresas das Águas de Portugal que, muito em breve, poderá ter capitais privados. -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que é preciso esclarecer que os sistemas multimunicipais não foram integralmente aprovados, foram somente aprovadas fases dos mesmos, pelo que os sistemas não estão totalmente implementados, o que cria um problema sério aos municípios que os integram porque terão de arranjar fundos para os completar. -----

Acrescentou que o Estado participa naqueles sistemas através da Empresa Águas de Portugal e que, há muitos municípios que os integram que já não conseguem pagar as dívidas àquela empresa, a qual quer impor um preço por metro cúbico de água e pelo tratamento dos esgotos que a população não pode suportar, quando no sistema intermunicipal são as Câmaras Municipais que definem a política tarifária, tendo em conta a realidade das pessoas. -----

Mais referiu que, se a Empresa Águas de Portugal for privatizada, serão as grandes empresas alemãs e francesas a tomar conta dos investimentos em infra-estruturas feitos pelo Estado Português com a participação das Autarquias e a gerir um bem essencial que é a água, para obter milhões de lucro à custa da população. Acrescentou que se passa de um ciclo contínuo, desde a origem da água, o qual passa pelas captações, depósitos e canalizações para a casa das pessoas, retornando através dos afluentes tratados, da vaporização e da chuva, para um ciclo da água para os bolsos de meia dúzia de multinacionais que vão lucrar milhões, pelo que, considera que é preciso defender o sistema intermunicipal, embora considere que vai ser difícil, porque o mais fácil é capitular, é andar de joelhos perante o grande capital, recordando que houve alguém que disse um dia que: “Os Alentejanos não andam de chapéu na mão”. -----

O senhor José Sucena deu conhecimento do extracto de uma entrevista do Presidente da Câmara Municipal de Odemira, António Camilo, que sobre o chumbo da candidatura por Bruxelas refere: “... vale no entanto a pena apontar algumas injustiças e pedir esclarecimentos, até por uma questão de dignificação dos Municípios, considerando que as falhas de integração identificadas não podem ser imputadas aos Municípios, de facto não se pode dizer que seja uma candidatura integrada, mas é preciso lembrar que os Municípios foram obrigados a juntar as quatro candidaturas numa só pelo então Ministro Nobre Guedes.” -----

Não havendo mais inscrições para o uso da palavra, o senhor Presidente colocou a **proposta de Moção** a votação, tendo sido **aprovada, por maioria**, com vinte e cinco votos a favor, dezanove dos eleitos da CDU, senhores, Sérgio Baptista Pereira Bento, Maria Olímpia Lampreia Silva, Paula Maria Daniel de Melo Lopes, Joaquim António Gamito, António Gonçalves Pereira, José Élio Sucena, Margarida Isabel de Matos Pereira, João Saraiva de Carvalho, Igor Filipe Almeida Guerreiro, José Joaquim Catalino dos Santos, Rui Manuel da Conceição Madeira dos Santos, Nuno Aires, Hélder António Pereira Nunes, Vítor Paulo de Jesus Miguel Barata, Ângela Matias, Armando

Vítor Rodrigues Climas, Joaquim António Gonçalves, Pedro Miguel Candeias Pereira Gamito e Fernando Gonçalves dos Santos, quatro dos eleitos do PSD, senhores, Carlos Manuel Lourenço Pereira Dias, Nuno Alexandre Vilhena Braz, José Augusto Sabino Diogo, António João Antunes Isidoro e Jorge Manuel Pereira Simões Romano Pinela, um voto do eleito do BE, senhor Francisco Roque e um voto de um eleito do PS, senhor Luís Duarte. -----

Seis votos contra, de eleitos do PS, senhores, Arnaldo Pereira Gonçalves Frade, Maria de Lurdes Palminha Pereira Gomes, José Augusto Sabino Diogo, Miriam Mills Mascarenhas Barbosa Vicente, Alberto Manuel de Sousa Dias de Brito e Fernando Augusto Pereira de Sousa. -----

**JUSTIFICAÇÃO DE VOTO:** Pelo senhor Arnaldo Frade foi apresentada a seguinte declaração de voto: “Voto contra por considerar que se trata de uma matéria demasiado importante para ser tratada de uma forma tão simplista, sugerindo que seja realizada uma Assembleia Intermunicipal, com os cinco Municípios, para aprofundar este assunto.” Esta declaração foi subscrita pelos restantes eleitos do PS que votaram contra. -----

#### **ESCLARECIMENTO**-----

O senhor José Catalino referiu que na penúltima sessão da Assembleia Municipal que teve lugar em Dezembro, para aprovação das Grandes Opções do Plano e Orçamento, o senhor Arnaldo Frade, de uma forma simplista e com alguns laivos de intriguismo, afirmou que não percebia, chamando até a atenção dos eleitos da CDU nas outras freguesias, como é que a Freguesia de Abela era beneficiada pelo Orçamento, de tal ordem, que ia receber cerca de cento sessenta mil euros do Orçamento Municipal. Pelo que, no sentido de repor a verdade, esclareceu a Assembleia que a Junta de Freguesia de Abela vai receber da Câmara Municipal, como transferências correntes, de verba livre, vinte e um mil e setecentos e vinte euros, de transferências previstas em protocolo, mil seiscentos e oito euros, o que perfaz vinte e três mil trezentos e vinte e oito euros. Recebe ainda de transferências de capital, uma verba livre de dezanove mil e oitenta e cinco euros e de transferência por protocolo quatro mil quinhentos e dezassete euros, ou seja, no global recebe verbas que totalizam quarenta e seis mil novecentos e trinta euros, o que fica muito longe da verba referida pelo senhor Arnaldo Frade. -----

Mais esclareceu que a Junta de Freguesia vai ainda receber as seguintes verbas, no âmbito do projecto revitalizar Abela: cento e vinte e nove mil seiscentos e trinta euros para o Museu das Profissões Rurais, nomeadamente para o projecto de comunicação e equipamento; mil e duzentos euros para execução de passeio a poente da Aldeia; três mil cento e oitenta euros para arranjos exteriores, seis mil euros para espaços verdes e três mil e setecentos euros para a zona nova da Aldeia. -----

Mais esclareceu que se trata de um projecto no âmbito do Programa Agris, com o qual a Câmara Municipal assumiu compromissos, projecto este que, infelizmente, não foi possível concluir no ano anterior como estava previsto. -----

O senhor Arnaldo Frade referiu que, se a intenção do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Abela ao fazer esta intervenção foi demonstrar que a sua pessoa está contra a população de Abela por, eventualmente, a freguesia vir a receber mais que as outras freguesias, essa sua intenção não colhe, porque a sua preocupação sempre foi no sentido de que haja equilíbrio e equidade no Município, pelo que intervirá sempre que esse equilíbrio seja posto em causa. -----

Relativamente ao projecto para revitalizar Abela, considerou que é positivo que se concretize. Acrescentou que também já se tentou revitalizar Ermidas no âmbito do projecto do Centro Rural para o qual havia trezentos e vinte mil contos destinados a Ermidas e ao Lousal, em que a verba destinada ao Lousal foi aplicada, o que não

aconteceu em Ermidas, assim como foi previsto adquirir o Cine Teatro Vitória, adiado mandato após mandato, sendo uma promessa da CDU que continua por concretizar. Pelo que, considera que não faz sentido começar a revitalizar algumas coisas esquecendo outras.-----

-----  
**-----ORDEM DO DIA: -----**

**1. Expediente -----**

Foi dado conhecimento da relação do expediente que deu entrada nos Serviços da Assembleia Municipal desde a última Sessão Ordinária, em vinte e um de Dezembro de dois mil e seis, até vinte e três de Fevereiro de dois mil e sete, documento que é dado como reproduzido na presente acta com o número um ponto um, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de actas, depois de rubricado pelos membros da Mesa.-----

**2. Actas -----**

O senhor Presidente colocou para discussão a **acta número seis**, da Sessão Extraordinária, de vinte de Outubro de dois mil e seis, a qual foi **aprovada, por maioria**, com cinco abstenções, dos senhores, Carlos Pereira Dias, Joaquim Gamito, Luís Duarte, Rui Madeira e Fernando Pereira de Sousa, por não terem estado presentes, o último por ainda não estar no exercício das funções.-----

**3. Danos decorrentes das intempéries de 3 e 4 de Novembro de 2006, no Município de Santiago do Cacém. -----**

O senhor Presidente concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal, o qual começou por referir que já teve oportunidade de discutir este assunto na última Sessão da Assembleia Municipal, realizada em Janeiro, nos Paços do Concelho. -----

Acrescentou que o Município enfrenta um problema grave de falta de capacidade financeira para fazer face aos prejuízos, em particular no que se refere às vias Municipais, nomeadamente o Caminho Municipal 1106, cuja pavimentação se estima em quinhentos mil euros, o Caminho Municipal 1112, que ficou completamente destruído, cuja reparação se estima em seiscentos mil euros, sendo necessários mais seiscentos mil euros, para reparação da Estrada 526. Mais referiu que a Câmara Municipal teve de efectuar algumas reparações urgentes para minimizar a situação naquelas e noutras vias que ficaram danificadas, a fim de permitir a circulação nas mesmas. -----

Mais referiu que é também preocupante a situação de algumas Estradas Nacionais no Município, assim como o deslizamento de pedras das barreiras para aquelas vias que se tem vindo a verificar, questões que irá abordar numa reunião já agendada com as Estradas de Portugal. -----

Informou que o senhor Ministro da Administração Interna agendou uma reunião, em Santiago do Cacém, para o dia nove de Novembro de dois mil e seis, a qual não se concretizou, tendo o senhor Ministro assumido o compromisso de a realizar na semana seguinte, o que não veio a acontecer, acabando por delegar este assunto no Secretário de Estado da Administração Interna, ao qual já remeteu duas cartas insistindo na realização da reunião, não tendo obtido resposta, pelo que continuará a insistir, tendo dado conhecimento ao senhor Ministro da Administração Interna e ao senhor Primeiro Ministro da última carta que enviou. -----

Acrescentou que tomou a iniciativa de contactar os Presidentes das Câmaras de outros Municípios que também foram atingidos pelas intempéries, nomeadamente Pombal, Tomar e Odemira, tendo o Município de Pombal sido um dos mais atingidos, onde até

se verificou uma morte, e Santiago do Cacém o terceiro Município com prejuízos mais elevados. Informou que aqueles seus colegas Autarcas lhe deram conhecimento que não receberam qualquer apoio do Governo para fazer face aos prejuízos, e que até agora não conseguiram falar com os responsáveis dos diferentes ministérios que contactaram, pelo que ficou decidido realizarem uma reunião, no dia nove de Março, em Pombal, a fim de avaliarem em conjunto as medidas a tomar face a esta situação inaceitável, de falta de diálogo por parte da Administração Central.-----

Mais informou ter conhecimento que o senhor Presidente da Associação Nacional de Municípios ia reunir com o Senhor Ministro da Administração Interna, onde colocaria a questão da falta de resposta à Câmara Municipal de Santiago do Cacém sobre este assunto. Acrescentou que informará a Assembleia Municipal regularmente sobre o desenvolvimento do mesmo. -----

Referiu ainda a situação de uma senhora idosa, com noventa e quatro anos, residente no Largo da aldeia de Abela, a qual foi necessário evacuar, tendo sido hospitalizada, acrescentando que os Serviços da Câmara Municipal diligenciaram também no sentido de alojar os seus cães no Canil Municipal, e foi feito um tratamento químico à moradia, atendendo ao estado em que a mesma ficou.-----

Acrescentou que a Câmara Municipal e os Serviços Locais da Segurança Social têm vindo a coordenar acções de apoio às pessoas vítimas das intempéries, e que as Juntas de Freguesia têm intervindo de uma forma muito positiva neste processo. -----

Interveio o senhor José Catalino, referindo que a sua intervenção tinha como objectivo esclarecer os presentes sobre o processo que envolveu outras entidades, relativo às cheias que afectaram Abela, com base na correspondência que a Junta de Freguesia dirigiu a três entidades, dando conhecimento do teor dos últimos ofícios que foram enviados a cada uma delas, começando pelo que remeteu à Directora Distrital da Segurança Social, em quinze de Dezembro de dois mil e seis, um mês e meio após os acontecimentos: “*Serve o presente para manifestar a V. Ex<sup>a</sup>* -----

- a) *Lamentar que V. Ex<sup>a</sup> tenha marcado, a nosso pedido, três datas para reunir, sempre aceites pelo Presidente da Junta e seguidamente as tenha alterado sendo que a última, no dia sete de Dezembro de dois mil e seis, se realizou nas instalações da Junta, mas sem a presença de V. Ex<sup>a</sup>;*-----
- b) *Manifestar a nossa preocupação e frontal desacordo que tendo decorrido quarenta e um dias após as cheias de três de Novembro não tenha sido prestado qualquer apoio aos fregueses da Aldeia de Abela por parte do organismo que V. Ex<sup>a</sup> dirige;*-----
- c) *Informar V. Ex<sup>a</sup> que a Junta de Freguesia não sente qualquer responsabilidade moral e ou política pelo que eventualmente possa vir a acontecer à freguesia Senhora D. Idalina Maria, residente no Largo do Chafariz, nº 17, em Abela, por quatro ordens de razões: -----*
  - 1º *Como V. Ex<sup>a</sup> conhece não tem a Junta de Freguesia quadros técnicos que nos informem do actual estado da habitação onde vive a referida freguesa. -----*
  - 2º *Não tem a Junta de Freguesia pessoal técnico da área social para aferir as condições humanas em que vive a D. Idalina; -----*
  - 3º *A Junta de Freguesia não possui nenhuma habitação que possa, no imediato, acolher a D. Idalina; -----*
  - 4º *Não foi, até hoje, colocado nada oficialmente por parte de V. Ex<sup>a</sup> ao Presidente da Junta de Freguesia e à Junta de Freguesia para possível resolução do problema;*-----

- d) *Tem a Junta de Freguesia conhecimento, de que por duas vezes teve V. Ex<sup>a</sup> oportunidade de se deslocar à sede da Freguesia não tendo contactado o Presidente ou a Junta de Freguesia para possível encontro;-----*
- e) *A Junta de Freguesia lamenta que V. Ex<sup>a</sup> tenha manifestado lamento e feito considerações pela ausência do presidente da Junta na reunião realizada a pedido da Senhora Governadora Civil no dia catorze de Dezembro de dois mil e seis já que na reunião realizada com a Dr<sup>a</sup> Laura Brissos e a Dr<sup>a</sup> Joaquina, as mesmas foram informadas que o Presidente da Junta não estaria na referida reunião; -----*
- f) *A Junta de Freguesia está como sempre esteve disponível para reunir com V. Ex<sup>as</sup> apenas com o condicionalismo de não se encontrar, ao contrário de V. Ex<sup>a</sup>, a tempo inteiro na tarefa que desempenha, desde que a data da reunião seja acertada entre as partes.” -----*

Referiu que a data do último ofício enviado à Senhora Governadora Civil é de oito de Janeiro de dois mil e sete, com o seguinte teor: -----

*“ Serve o presente para uma vez mais convidar/solicitar a V.Ex<sup>a</sup> a uma visita/reunião, a fim de poder tomar contacto através da Junta de Freguesia das principais preocupações que temos acerca dos prejuízos causados pelas cheias ocorridos no passado dia três de Novembro e das propostas para minimizar os seus efeitos.----- Manifestamos a nossa total indignação pelo facto de V.Ex<sup>a</sup> não ter tido oportunidade de nos responder aos ofícios enviados em: sete e em vinte e quatro de Novembro e em vinte de Dezembro de dois mil e seis, estamos como sempre estivemos interessados e disponíveis para nos deslocarmos ao Governo Civil caso não possa V. Ex<sup>a</sup> deslocar-se à freguesia de Abela.” -----*

Informou que a Junta de Freguesia continua à espera de resposta a este ofício. -----

Passou, em seguida, ao teor do ofício enviado ao Senhor Primeiro-ministro em, oito de Janeiro de dois mil e sete: -----

*“Serve o presente para manifestar a V. Ex<sup>a</sup> a nossa total perplexidade pelo facto de decorridos sessenta e seis dias das cheias que se abateram sobre a população da aldeia de Abela e cinquenta e sete dias após a Junta de Freguesia lhe manifestar as nossas preocupações e a total disponibilidade para uma deslocação junto de V. Ex<sup>a</sup> ainda não termos recebido qualquer contacto por parte de V. Ex<sup>a</sup>. -----*

*Lamentamos o facto do Ministério da Administração Interna ainda não ter tido a possibilidade de nos contactar. Recebemos um ofício do Chefe de Gabinete a informar que o assunto transitou para o senhor Secretário de Estado para se inteirar através da Junta de Freguesia dos estragos causados. Não compreendemos porque razão a Senhora Governadora Civil do Distrito de Setúbal, Arquitecta Teresa Almeida, não responde aos ofícios de convite e reunião que lhe dirigimos, sendo que o último dos quatro ofícios enviados seguiu no mesmo dia em que enviamos este ofício a V. Ex<sup>a</sup>. Não aceitamos que a senhora Directora Regional da Segurança Social, Dr<sup>a</sup> Fátima Lopes, não tenha conseguido arranjar um espaço na sua agenda para reunir com o Presidente da Junta e com a Junta de Freguesia. -----*

*Senhor Primeiro-ministro, podemos não ter razão podemos até estar a ser inconvenientes, podemos estar a crer o que não temos direito, até porque não somos da mesma força política que suporta o Governo que V. Ex<sup>a</sup> dirige, mas temos a certeza que estará de acordo connosco em como temos o direito a receber resposta aos ofícios enviados aos faxes enviados e as preocupações que temos enquanto eleitos pela população da freguesia, logo seus legítimos representantes.-----*

*A Junta de Freguesia considera inoportuno o envio por V. Ex<sup>a</sup> do postal de Boas Festas não compreendemos e por isso o devolvemos, e esperamos que veja nesta nossa atitude*



*a de alguém que esperava uma carta de V. Ex<sup>a</sup> a dar resposta aos ofícios enviados e apenas recebe um postal de Boas Festas. -----*

*Esperamos que V. Ex<sup>a</sup> possa ouvir as nossas opiniões para que conheça o sentimento desta população, somos população do interior mesmo que o Concelho esteja no Litoral, com todos os problemas duma população do interior, população idosa, em que falta médico de família, falta posto da GNR, falta posto dos CTTs. Somos uma freguesia que com regularidade sofre as consequências das cheias e do transbordar do leito da ribeira de corona, temos soluções para as minimizar, assim V.Ex<sup>a</sup> considere prioritárias as nossas propostas.” -----*

Informou que também não receberam resposta a este ofício. -----

Relativamente à observação feita pelo senhor Arnaldo Frade sobre a sua falta à reunião com a senhora Governadora Civil, considerou a mesma de uma grande deselegância, porque envolve terceiros que não estão presentes, e considera que alguém está a mentir neste processo, não querendo acreditar que o senhor Arnaldo Frade, enquanto membro da Assembleia Municipal, o faça, pelo que, alguém lhe terá mentido. Acrescentou que, no dia onze de Dezembro do ano transacto, recebeu um telefonema da Chefe de Gabinete da senhora Governadora Civil, informando que a mesma se deslocaria no dia catorze daquele mês a Abela e que gostaria de dialogar com a Junta de Freguesia, tendo transmitido que nesse dia, à mesma hora, tinha uma festa das crianças da escola de Abela, pelo que não podia estar presente. Mais informou que transmitiu também à senhora Chefe de Gabinete que não compreendia porque razão a reunião não era só com a Junta de Freguesia, mas com uma série de entidades, pelo que considerava que aquela não era a reunião que a Junta de Freguesia tinha solicitado. -----

Acrescentou que, apesar do compromisso que tinha naquele dia, não deixou de se disponibilizar para receber a senhora Governadora Civil, pelo que se dirigiu à Casa do Povo, local em que se iria realizar a reunião, tendo verificado que a senhora Governadora não estava presente, chegando depois a informação de que a reunião não se realizaria neste local, como tinha sido informado, mas sim no Centro de Dia, para o qual se dirigiu, onde cumprimentou a senhora Governadora e lhe transmitiu, pessoalmente, que não iria estar presente porque naquele mesmo edifício ia ter lugar a Festa de Natal das crianças de Abela, tendo aquela representante do Governo lhe transmitido que reuniria com a Junta de Freguesia numa outra altura. -----

Informou ainda que foram convidados todos os Grupos Parlamentares para visitarem Abela e que, à excepção do Grupo Parlamentar do CDS-PP, todos o fizeram, e todos se mostraram sensibilizados com a situação, e consideraram que era necessário tomar medidas para uma rápida resolução dos problemas, pelo que, apresentaram requerimentos ao Governo sobre esta matéria, excepto o Deputado do PS, do qual não lhe chegou qualquer informação nesse sentido, ao contrário do que aconteceu com os outros Grupos Parlamentares que remeteram cópias dos requerimentos e as respostas aos mesmos. -----

Ainda no quadro deste problema, informou que o Deputado do PCP, Francisco Lopes, apresentou na Assembleia da República uma iniciativa no sentido de poder ser viabilizado, através do PIDDAC, uma verba, de um milhão de euros, para uma primeira fase de intervenção no encanamento do barranco do Alheiro que atravessa a Aldeia, proposta que submeteu à Assembleia da República, onde todos os Deputados votaram a favor, excepto os Deputados da Maioria PS, pelo que a mesma não foi aprovada. -----

Referiu também que é de realçar a grande solidariedade que existiu relativa aos acontecimentos, relevando em primeiro lugar a solidariedade entre os residentes, a inter-ajuda verificada. A solidariedade manifestada nomeadamente, pela Caixa Agrícola, com a abertura de uma conta solidária, pelo Mestre da Guitarra Portuguesa

António Chainho que contribuiu com um espectáculo em Abela, pela Associação “Alma Alentejana” que contribui com dinheiro e roupas, a Empresa Cercas que contribuiu com materiais no valor de duzentos e vinte euros. Acrescentou que em termos monetários o valor apurado não chegou a cinco mil euros, embora considere que a solidariedade não tem preço. Mais informou que a Junta de Freguesia promoveu uma reunião com as pessoas mais afectadas em que participou uma Técnica de Serviço Social da Câmara Municipal, para distribuição da verba apurada, ficando acordado que a mesma seria aplicada em bens que as pessoas considerassem mais necessários. -----

Mais informou que não há mais verbas para distribuir pelas pessoas, e que a Junta de Freguesia tem passeios e a calçada do Largo para repor, muros para construir, o que ainda não conseguiu fazer porque o orçamento da Junta de Freguesia é o mesmo, desde há três anos, no montante de oitenta e oito mil e quinhentos euros, ou seja, as Juntas de Freguesia continuam sem receber qualquer aumento por parte do Governo, enquanto os gastos são cada vez mais elevados, porque o papel, a água, a Segurança Social e os impostos continuam a aumentar. -----

Acrescentou que a Junta de Freguesia reuniu com a Câmara Municipal, a qual se disponibilizou para ajudar na recuperação de bens danificados, em Abela, ficando acordado que a Junta de Freguesia adquiriria os materiais necessários e a Câmara Municipal contribuiria com a mão-de-obra. Mais informou que, neste momento, a Junta de Freguesia já dispõe do material necessário para a recuperação dos pavimentos e dos muros e graças à solidariedade da Câmara Municipal estão já em curso os trabalhos de recuperação, esperando que dentro de três ou quatro meses a Aldeia volte a ficar como estava antes das cheias. -----

Interveio o senhor Arnaldo Frade, referindo que a questão essencial é que se tratou de uma tragédia que se abateu sobre várias freguesias do Município, considerando que perante estas situações o Poder Local e o Poder Central devem saber colocar o essencial acima do acessório e concertar posições no sentido de resolver os problemas às pessoas. -----

Acrescentou que, por vezes, exigimos dos outros e esquecemo-nos de olhar para nós próprios, dando como exemplo o que aconteceu no mandato anterior, em que o Presidente da Junta de Freguesia de Santa Cruz, eleito pelo PS, esperou catorze meses para ser recebido pelo Presidente da Câmara Municipal. -----

Mais referiu que Ermidas também sofreu com as cheias, como é do conhecimento geral, dado que os acontecimentos foram transmitidos através de reportagens televisivas. Contudo, ele próprio, enquanto Presidente da Assembleia de Freguesia e o Presidente da Junta de Freguesia, até hoje não receberam qualquer telefonema do Senhor Presidente da Câmara Municipal sobre o assunto, e sabe que o Presidente da Junta não tem sido contactado para acompanhar os problemas decorrentes deste processo. -----

Quanto à vinda do senhor Primeiro-Ministro a Abela, referiu que é membro do PS, com muita honra, e que, quando há procedimentos do Governo que não lhe parecem correctos, não deixa de o referir, acrescentando que lhe parece bem que o senhor Ministro e o senhor secretário de Estado se desloque a Abela, tendo a CDU reconhecido que o senhor Ministro já tentou, pelo menos uma vez, vir ao Município. Visita que, em sua opinião, deverá ser concretizada, pelo que, a Assembleia Municipal e o Município pode contar com o PS nas diligências que forem feitas nesse sentido. -----

Questionou em seguida, se é ou não verdade que já foram concretizadas obras relativas aos estragos originados pelas cheias e se é ou não verdade que foram gastos quinhentos mil euros, em tempo recorde, numa das obras mais urgentes. Acrescentou que não defende que se venha dizer nesta Assembleia o que o Governo fez de positivo neste processo, esquecendo o que foi feito de válido pela Junta de Freguesia de Abela e pela

Câmara Municipal, esforço que reconhece, o que não compreende é o receio que há em dizer que os outros também fazem coisas positivas. -----

Mais informou que na qualidade de eleito na Assembleia Municipal, oficiou a Segurança Social e o Governo Civil sobre esta matéria, acrescentando que lhe transmitiram que, até agora, o apoio a famílias com dificuldades foi na ordem dos oito mil euros, enquanto o senhor Presidente da Junta de Freguesia vem dizer que a Segurança Social não deu qualquer apoio, pelo que considera que há algo que não está certo e que é preciso esclarecer, não querendo com isto dizer que este apoio seja suficiente. -----

Acrescentou que, aquando dos acontecimentos, tiveram em Abela, equipas da Segurança Social, a senhora Governadora Civil, o senhor Director de Estradas, considerando que, se houver concertação entre as várias entidades, os resultados serão mais positivos, para bem das populações. -----

Mais referiu que o que acontece, objectivamente, é que o PCP encontrou nesta situação um filão para deixar mal o Governo, pelo que, aquilo que o PCP possa esconder de intervenção da Governadora Civil, das Estradas de Portugal, do INAG ou de outro qualquer serviço desconcentrado da Administração Central, há que fazê-lo. -----

Referiu ainda que o mais importante é a união em torno do que é essencial, intercedendo junto do Governo no sentido de obter apoios para fazer face aos problemas da Câmara Municipal de recuperação das estradas afectadas, acrescentando que já fez uma proposta concreta com esta finalidade, que foi recusada pela Câmara Municipal, a qual ia no sentido de se contactar a senhora Governadora Civil, que é a representante do Governo no Distrito, para a possibilidade de recurso a um Contrato Programa. -----

Quanto à ausência do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Abela na reunião com a Senhora Governadora Civil, considerou que o próprio na sua intervenção confirmou que não tinha estado presente. -----

Referiu também duvidar que a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia de Abela, passado todo este tempo dos acontecimentos, não tenham tido condições para repor a pedra no largo da Aldeia, quando a Estradas de Portugal já repôs a situação da Estrada, em S. Domingos, considerando que esta situação dá uma má imagem do Município. ----

Concluiu referindo que a Câmara Municipal conta com a solidariedade do Partido Socialista para reivindicar apoio de outras entidades nomeadamente, do Governo Civil, das Estradas de Portugal, do Governo, numa perspectiva séria, dizendo à população qual a intervenção de cada um e não tentando esconder aquilo que os seus adversários políticos fazem para se enaltecer, considerando que a abordagem desta situação numa perspectiva político/partidária, origina conflitualidade e desprestigia o Município, quando o que existe é um problema de mau funcionamento que deve ser corrigido pelo Governo, porque, como referiu o senhor Presidente da Câmara Municipal, os outros Municípios que foram atingidos pelas intempéries também não receberam apoios, incluindo o Município de Odemira, de maioria PS, pelo que não se trata de qualquer favorecimento partidário. -----

Interveio o senhor Francisco Roque, começando por referir que julgava que esta discussão tinha ficado concluída na última Sessão da Assembleia Municipal, porque o que se viu na altura é que as instituições públicas estavam a dar dois tipos de resposta; uma resposta rápida que resolveu um conjunto de situações e por outro lado um conjunto de respostas que tardam a chegar. Acrescentou que, em sua opinião, nestas situações excepcionais, de crise, a primeira resposta deverá ser dada pelas Autarquias, o que exige um princípio de solidariedade institucional, mas o Estado deverá corresponder nessa solidariedade, concretamente do ponto de vista financeiro, a um reforço orçamental das Câmaras Municipais que foram obrigadas a intervir, ou seja, a

obra não deve deixar de ser iniciada por não estar garantido o financiamento, mas deve haver a obrigação por parte do Governo de se solidarizar com as Autarquias. Mais referiu que a sua preocupação são as respostas que o BE, enquanto Grupo Parlamentar, ainda não teve, concretamente em relação aos requerimentos que foram entregues pelos vários Grupos Parlamentares ao Ministério da Segurança Social e muito especificamente ao Ministério da Administração Interna, porque lhe parece grave esta questão do reforço das transferências financeiras para as Autarquias que deverá ser feita para os Municípios atingidos e nesta situação de excepção. Acrescentou que se tem falado mais em Abela, porque é em Abela que decorre a Sessão da Assembleia Municipal, mas considera que este é um problema de todo o Município.-----

Questionou ainda, se houve resposta do Ministério da Administração Interna com alguma indicação de abertura para receber o senhor Presidente da Câmara Municipal. --

Concluiu, referindo que desta forma as Autarquias não estão a ajudar o Ministro da Administração Interna no seu contributo para a redução do défice, querendo que gaste mais dinheiro, o que lhe poderá merecer reparos por parte do Ministro das Finanças.----

O senhor José Catalino esclareceu que não afirmou que a Segurança Social não tinha feito nada em Abela, o que fez foi ler um ofício, datado de quinze de Dezembro de dois mil e seis, dirigido pela Junta de Freguesia de Abela à senhora Directora da Segurança Social, onde, entre outras questões, é manifestada a preocupação pelo facto de passados quarenta e um dias dos acontecimentos ainda não ter sido dado qualquer apoio por parte daquele organismo às pessoas atingidas. -----

Relativamente ao Largo da Aldeia de Abela, esclareceu que o mesmo ainda não foi arranjado porque foi dada prioridade à reposição dos passeios, dado que era uma situação que afectava mais as pessoas. Acrescentou não ter dúvidas que se esta situação se passasse numa Autarquia PS, o Largo já teria sido arranjado porque é mais visível, não sendo esta a concepção da Junta de Freguesia de Abela, nem da CDU, nem do PCP. Informou ainda que, como atrás referiu, a Junta de Freguesia de Abela não recebeu ,até hoje, qualquer resposta, ajuda, intervenção ou solidariedade por parte da Administração Central, relativamente à situação em apreço. -----

O senhor Arnaldo Frade referiu que algo não está certo porque a informação que obteve da Segurança Social é que, nos dias treze e catorze de Dezembro de dois mil e seis, foram dados catorze apoios por parte da mesma.-----

O senhor José Catalino recomendou ao senhor Arnaldo Frade que não use de tanta ligeireza nas suas intervenções, referindo que não corresponde à verdade os apoios referidos. -----

O senhor Arnaldo Frade referiu que as afirmações que fez têm como base informações oficiais que lhe foram dadas. -----

Acrescentou que o PS está disponível para apoiar as pessoas relativamente a alguma situação que considerem não estar a ser dada a resposta adequada. -----

Mais referiu que, em sua opinião, neste processo tem havido falta de diálogo entre as Instituições.-----

O senhor José Catalino referiu que a falta na procura de diálogo não tem sido das Autarquias, como já foi demonstrado. -----

O senhor Presidente concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal que começou por referir a sua recusa em entrar no jogo do senhor Arnaldo Frade, o qual considera ofensivo para os eleitos que estão no Poder Local com uma postura séria, acrescentando não aceitar insultos através de afirmações como as que foram feitas por aquele membro da Assembleia, ao referir que o PCP encontrou um filão nesta matéria para combater o Governo e que o Município está a arranjar conflitos, considerando que só por má fé se pode fazer este tipo de afirmações. Mais referiu não reconhecer ao

senhor Arnaldo Frade qualquer representação relativamente ao Governo e discordar da postura que assume, de conflito permanente com outros eleitos, embora reconheça o seu direito de concordar ou discordar dos assuntos em apreço. -----

Mais referiu que o Município de Santiago do Cacém não anda a arranjar conflitos com ninguém, o que tem feito é lutar por aquilo a que a sua população tem direito, sem andar a mendigar junto dos Governos, mas sim tratando dos problemas de forma responsável e empenhada, dando como exemplos: a luta dos Autarcas e da população, ao longo de vinte anos, para se conseguir o Hospital; o não encerramento do SADU, em Dezembro de dois mil e seis, como estava previsto; a parceria existente com o Ministério da Educação para a construção da EBI na sede do Concelho; o contrato-programa conseguido para a obra da Quinta do Chafariz, depois de muita insistência junto do Governo; os Protocolos de Colaboração com o IFP – Instituto de Formação Profissional, do qual o senhor Arnaldo Frade é funcionário; a recente reparação da EN 390 pelas Estradas de Portugal. -----

Acrescentou que refuta aquelas afirmações e outras similares que frequentemente são feitas à Câmara pelo mesmo eleito na Assembleia Municipal, por as considerar inqualificáveis. -----

Em relação ao que foi afirmado sobre a sua indisponibilidade em receber o Presidente da Junta de Freguesia de Santa Cruz, considerou que também devia ter sido referido as reuniões que o Presidente da Câmara marcou, às quais aquele Autarca faltou, assim como não devia ter sido omitido as inúmeras vezes que o mesmo foi recebido na Câmara Municipal para tratar de assuntos relativos àquela Freguesia. -----

Quanto ao agendar uma reunião com a senhora Governadora Civil para tratar do assunto em causa, informou que a senhora Governadora referiu não dispor de meios para resolver os problemas e que é o Governo que tem que disponibilizar as verbas necessárias. -----

Concluiu reafirmando que a Câmara Municipal está neste processo, como em todos, com uma postura séria e construtiva.-----

O senhor Arnaldo Frade referiu que a democracia não é fácil para algumas pessoas, ou seja, se a bancada do PS estivesse na Assembleia Municipal, de uma forma submissa e votasse favoravelmente todas as propostas da CDU, não teria defeitos. -----

Mais referiu que o senhor Presidente da Câmara Municipal tem todo o direito de discordar das suas posições políticas, assim como ele tem direito às suas opiniões, e que nenhuma das suas intervenções foram no sentido de ferir a dignidade pessoal do Presidente da Câmara, o que não aconteceu em relação à sua pessoa. Acrescentou que o senhor Presidente da Câmara quando se sente incomodado ofende e injúria os outros, como fez na Antena Miróbriga em relação à sua pessoa, considerando que essa, sim, é uma postura inqualificável, porque tendo o direito de discordar de si, não tem o direito de o ofender.-----

Mais referiu que o senhor Presidente gostaria que ele não estivesse na Assembleia Municipal, não o vendo como membro da mesma, mas como alguém que lhe está a causar problemas.-----

Referiu ainda, como exemplo do que considera uma postura indevida, o facto do senhor Presidente da Câmara ter escrito ao senhor Ministro da Saúde, referindo que na visita que o mesmo fez ao Hospital do Litoral Alentejano estava presente um Presidente de Comissão Política do PS, quando sabia que ele estava ali numa função institucional, em representação da senhora Delegada Regional do Instituto de Emprego, a qual lhe devia merecer mais respeito, porque com esta atitude pôs a sua imagem em causa. Acrescentou que esta atitude demonstra que o senhor Presidente da Câmara Municipal não tem a noção do que é institucional.-----

Referiu também que tem em sua posse um documento com um desmentido da senhora Governadora Civil a afirmações feitas pelo senhor Presidente da Câmara Municipal, questionando se o mesmo não é revelador da existência de um conflito. -----

Interveio o senhor João Saraiva de Carvalho, chamando a atenção para algumas contradições nas intervenções do senhor Arnaldo Frade quando refere que há conflitos institucionais, relativamente à última acta da Assembleia Municipal, a qual acabou de aprovar, citando alguns extractos do seu texto. -----

O senhor Francisco Roque referiu que a Assembleia Municipal é um espaço de liberdade, onde todos podem dizer aquilo que pensam, com o devido respeito por cada um, não lhe parecendo ofensivo que um eleito de uma força partidária refira que as intervenções de eleitos de outras forças políticas têm como base estratégias políticas, acrescentado que o importante é que haja liberdade para cada um expressar as suas opiniões, de uma forma democrática, devendo cada um ter a capacidade de separar posições político/partidárias, de ofensas pessoais. -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que gostaria de clarificar que ao abordar as questões da forma como o fez, foi porque sentiu que a Câmara Municipal e quem a dirige foi ofendida, designadamente com a afirmação de que se anda a arranjar conflitos com toda a gente, considerando que a mesma visa conotar a Câmara Municipal com uma postura conflituosa, a qual refuta, porque além de injusta, não corresponde à verdade. -----

Relativamente à carta enviada ao senhor Ministro da Saúde, com conhecimento a outras entidades, informou a Assembleia Municipal que a mesma continha o seu protesto relativamente a três questões: 1ª O exagerado aparato policial de que o senhor Ministro se fez acompanhar, quando para o receber estavam apenas algumas dezenas de pessoas que somente pretendiam entregar um documento. -----

2ª A composição da comitiva, em que predominavam eleitos da força política afecta ao Governo, nomeadamente Vereadores do PS de Câmaras do Litoral Alentejano, convidados nesta qualidade, enquanto os Vereadores da Oposição não foram convidados, nem sequer o Vereador da Saúde da Câmara Municipal de Santiago do Cacém, acrescentando que, por coincidência ou não, também estavam presentes os presidentes das concelhias do Partido Socialista, de Sines e de Santiago do Cacém. -----

3ª A forma como o Presidente da Câmara, do Município onde se situa o Hospital, foi tratado, não tendo sido chamado para a mesa, para a qual foi convidado o Presidente da Câmara Municipal de Odemira, na qualidade de Presidente da AMLA. -----

Mais informou que já recebeu algumas respostas a este assunto, nomeadamente do Ministério da Saúde. -----

O senhor Arnaldo Frade referiu discordar da forma como as coisas se passaram naquela visita, como já teve oportunidade de referir na Sessão anterior da Assembleia Municipal, tendo também acrescentado, na altura, que o senhor Presidente da Câmara Municipal exigia do senhor Ministro da Saúde uma postura correcta quando não a pratica no Município, porque no âmbito da lei quarenta e noventa e seis, os vereadores da oposição devem ficar na mesa, em actos oficiais da Câmara Municipal, o que não acontece. Acrescentou que também está previsto naquela lei que os presidentes das Assembleias de Freguesia, na sua área, devem estar dignificados nos mesmos termos que o Presidente da Assembleia Municipal no âmbito do Município, contudo, o senhor Presidente da Câmara Municipal promoveu, em Ermidas, uma sessão no âmbito do Orçamento Participado, não o chamando para a Mesa que presidia aos trabalhos, enquanto Presidente da Assembleia daquela Freguesia. -----

Mais referiu que quando se refere a conflitos, é com base em factos, citando um comunicado de imprensa da senhora Governadora Civil relativo a declarações do senhor Presidente da Câmara Municipal à Comunicação Social. -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal referiu, mais uma vez, que a senhora Governadora Civil não é membro do décimo sétimo Governo Constitucional. -----

Solicitou ainda ao senhor Arnaldo Frade para informar a Assembleia sobre quem estava na Mesa na sessão do Orçamento Participado, em Ermidas. -----

O senhor Arnaldo Frade referiu que na Mesa estavam eleitos da maioria CDU e o Presidente da Junta de Freguesia, pelo que, considera que não houve cumprimento da lei. -----

O senhor João Saraiva de Carvalho considerou que há por parte do senhor Arnaldo Frade alguma falta de humildade nas suas intervenções, acrescentando que em termos políticos todos os eleitos estão ao mesmo nível na Assembleia Municipal, apelando para que reveja a sua postura. -----

-----  
**O senhor José Catalino propôs que a Assembleia Municipal e a Câmara Municipal reforcem o pedido de reunião ao Ministério da Administração Interna, para ver se é possível obter alguma ajuda por parte do Governo.** -----

O senhor Joaquim Gonçalves referiu subscrever o proposta do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Abela, tendo em conta os graves problemas com que a Freguesia de S. Domingos também se debate, sobretudo na rede viária, apesar do grande esforço e empenho da Câmara Municipal para os minimizar, o que muito agradece. -----

O senhor Jorge Pinela referiu que, durante toda a discussão nada se adiantou de concreto no sentido de resolver os problemas, em relação ao que foi discutido na anterior sessão da Assembleia Municipal, excepto a proposta apresentada pelo senhor Presidente da Junta de Freguesia de Abela. -----

O senhor Presidente colocou a **proposta** do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Abela, José Catalino, a votação, tendo sido **aprovada, por unanimidade.** -----

-----  
**4. Congresso da ANMP –Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia e seu Suplente.** -----

Pelo senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santa Cruz, foi proposto o senhor Pedro Gamito, Presidente da Junta de Freguesia de S. Francisco da Serra, como efectivo e o senhor Jaime Cáceres, Presidente da Junta de Freguesia de Santo André, como suplente. -----

O senhor Presidente colocou a proposta a discussão. -----

Interveio o senhor Arnaldo Frade, referindo que ao longo dos anos tem vindo a defender que, existindo uma Associação de Freguesias, a ANAFRE, faz pouco sentido que os Presidentes de Junta integrem os congressos da ANMP, porque considera que esta situação não fortalece a ANAFRE. -----

O senhor José Catalino sugeriu ao senhor Arnaldo Frade que recomende ao PS e ao PSD, que têm a maioria na ANMP, a alteração dos estatutos, de forma a que não consagrem a participação dos eleitos nas freguesia e, como membro do Conselho Geral da ANAFRE, apresente uma proposta no sentido dos mesmos não participarem nos congressos da ANMP. -----

O senhor Arnaldo Frade informou que apresentou aquela proposta no último Conselho Geral da ANAFRE. -----

Não havendo mais propostas, nem pedidos para intervenção, o senhor Presidente colocou à consideração da Assembleia a dispensa de votação por voto secreto, tendo esta proposta sido aprovada por unanimidade.-----

O senhor Presidente colocou em seguida a **proposta** a votação, tendo sido **aprovada, por unanimidade**.-----

#### **REQUERIMENTO** -----

Pelo senhor Igor Guerreiro foi apresentado um requerimento à Mesa da Assembleia, para que seja cumprido o nº 2 do artigo 23º do Regimento, no sentido de que as intervenções não excedam os cinco minutos.-----

O senhor Presidente referiu reconhecer que tem sido demasiado permissivo nesta matéria e que, tendo em conta o requerido, irá ser mais rigoroso, pelo que a contenção verbal e a capacidade de síntese deverá ser aplicada não só no período antes da ordem do dia, mas também na discussão dos assuntos constantes na ordem do dia.-----

#### **5. CPCJ – Santiago do Cacém – Funcionamento.**-----

O senhor Presidente deu conhecimento das conclusões da última reunião com as quatro cidadãs designadas pela Assembleia Municipal para aquela Comissão, referindo nomeadamente, que as últimas intervenções da Câmara Municipal em termos de recursos, humanos, materiais e logísticos, assim como a reestruturação a que a própria Comissão se submeteu, criou uma situação favorável a um bom funcionamento. Contudo, aquelas cidadãs colocaram uma questão que consideram negativa, o facto da Comissão não dispor de um técnico na área da Psicologia.-----

Acrescentou que as mesmas consideram que a Presidência da Comissão está a cumprir as suas funções de forma adequada, e fizeram um balanço positivo da actividade desenvolvida.-----

O senhor Francisco Roque manifestou o seu apreço pela prestação de contas que foi feita, considerando que vem ao encontro do que há cerca de um ano se concluiu, de que devia haver um acompanhamento mais próximo dos representantes da Assembleia Municipal, através do senhor Presidente.-----

Acrescentou que este modelo deverá funcionar para outras representações da Assembleia Municipal em diversos organismos, porque considera importante acompanhar e apurar os resultados do trabalho desenvolvido.-----

#### **6. Reuniões descentralizadas da Assembleia Municipal.**-----

O senhor Presidente concedeu a palavra ao senhor Arnaldo Frade, como proponente deste ponto, conforme proposta apresentada em anterior Sessão.-----

O senhor Arnaldo Frade começou por referir que todos os eleitos estarão de acordo que as questões relativas ao Município devem ser tratadas o mais próximo possível das populações, acrescentando que ao longo do tempo a maioria das sessões da Assembleia Municipal têm tido lugar nos Paços do Concelho. Contudo, é visível que quando as sessões da Assembleia se realizam fora da sede do Município têm uma maior participação, pelo que considera que vale a pena apostar neste modelo até ao final do mandato, de uma forma alternada entre as diferentes freguesias e a sede do Concelho, modelo este que pode ser alterado, sendo que a ideia é que se possa ir ao encontro das pessoas com mais frequência.-----

O senhor Presidente referiu que teve em consideração a sugestão do senhor Arnaldo Frade, acrescentando que este assunto já tinha sido abordado no início do mandato e que é intenção da mesa da Assembleia prosseguir com a realização de sessões descentralizadas, a exemplo do que já aconteceu em Brescos e agora em Abela. Mais



informou que, até ao final do ano e com base numa planificação flexível, é sua intenção convocar a próxima sessão para Cercal do Alentejo, a seguinte para os Paços do Concelho, depois Ermidas e Alvalade, e novamente na sede do Município. Seguindo-se as restantes freguesias até ao final do mandato, sequência que pode ser alterada caso haja alguma razão que o justifique.-----

Não havendo inscrições para o uso da palavra sobre este assunto, o senhor Presidente referiu que, tendo em conta que é sua a competência para convocar as sessões da Assembleia Municipal, e que há consenso quanto à matéria em apreço, lhe parecia desnecessário colocar a proposta a votação. -----

Não foram levantadas objecções a esta posição, quer pelo proponente quer pelos restantes membros da Assembleia. -----

## **CONTINUAÇÃO DOS TRABALHOS -----**

Atingidas que foram as vinte e quatro horas, o senhor Presidente colocou à consideração da Assembleia Municipal a continuação dos trabalhos, até à uma hora. -----

Aprovado, por unanimidade. -----

## **7. PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL -----**

### **---a) Proposta de Regulamento para atribuição de Apoios Financeiros ao Movimento Associativo Desportivo. -----**

O senhor Presidente concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal que apresentou e fundamentou a proposta abaixo indicada, passando em seguida a palavra à senhora Vereadora Margarida Santos, para algumas explicações complementares sobre o assunto: -----

**“PROPOSTA:** Aprovar a proposta de Regulamento para Atribuição de Apoios Financeiros ao Movimento Associativo Desportivo do Município de Santiago do Cacém, em conformidade com o texto que se anexa\*.-----

**FUNDAMENTOS: a)** Regulamentar a atribuição de subsídios correntes às entidades desportivas do Município. -----

Incentivar a prática desportiva da população através de apoios financeiros às entidades que promovem essas actividades.-----

**b)** Ao abrigo da alínea a) do nº 6 do artº 64 da Lei 169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro.” -----

\*Documento que é dado como reproduzido na presente acta com o número dois, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de actas, depois de rubricado pelos membros da Mesa. -----

O senhor Presidente colocou a proposta para discussão. -----

Interveio o senhor Arnaldo Frade, referindo que, conforme adiantou aquando da apresentação do documento em sessão anterior, considera este Regulamento fundamental para a transparência no processo de atribuição de verbas e um instrumento importante não só em relação às Associações Desportivas mas também noutras situações análogas. -----

Mais referiu que continua a achar que o documento tem algumas deficiências, considerando que a proposta começa por falhar o seu objectivo, de estabelecer critérios, porque só o faz em dois casos; na alínea c) do artº 10º e na alínea c) do artº 12º, porque no restante clausulado se remete para uma tabela a aprovar anualmente, mas os critérios, em sim, não constam no documento, acrescentando que era importante que nele constassem todos os critérios e a sua ponderação para se perceber porque é que uma Associação recebe determinado valor, e que a tabela a aprovar anualmente devia

ter em conta o valor da inflação ou outro indicador que a Câmara Municipal entendesse adoptar. -----

Considerou ainda que o documento em análise, do ponto de vista dos direitos e dos deveres, continua a consubstanciar um pacto leonino, ou seja, a Câmara Municipal tem um único dever; a atribuição da verba quando delibera nesse sentido, mas nem sequer o período em que o deverá concretizar consta no documento, enquanto há um conjunto de obrigações a assumir pelas Associações que chega ao ponto dos dirigentes associativos terem de participar em determinadas acções, dos bens das Associações terem que estar à disposição da Câmara Municipal, das próprias Associações terem que colaborar com a política de desenvolvimento desportivo da Autarquia. -----

Concluiu referindo que devia haver um maior equilíbrio entre direitos e deveres das duas partes. -----

Interveio o senhor João Saraiva de Carvalho, referindo que da sua experiência como dirigente desportivo pôde comprovar que o facto da Câmara Municipal apoiar iniciativas neste âmbito, das mais diversas formas, não implica qualquer compromisso político, porque o desporto não pertence a qualquer força política, é um património da Comunidade, acrescentando que os regulamentos estabelecem as relações mínimas entre as entidades, porque o mais importante é o respeito entre as pessoas. -----

O senhor Jorge Pinela referiu que vai abster-se na votação deste documento, porque embora considere que o mesmo é positivo no que se refere a uma maior transparência na atribuição de verbas e pelo facto de obrigar a uma melhor organização das Associações, considera que a atribuição de verbas por parte das Autarquias às Associações e Colectividades tem contribuído para a crise existente relativamente à disponibilidade das pessoas para os Corpos Sociais das mesmas, porque quando estas entidades precisam de algo pedem às Autarquias, em vez de procurarem a união dos sócios em torno de iniciativas para vencerem as dificuldades, por forma a cultivar o espírito associativo. Acrescentou concordar com o apoio das Autarquias às Associações, no que se refere a logística e infraestruturas, mas não em termos financeiros. -----

Interveio o senhor Francisco Roque, referindo que na primeira abordagem que foi feita sobre o Regulamento em discussão, foram levantadas algumas reservas jurídico/formais pelos senhores, Arnaldo Frade e José Sucena, as quais motivaram a retirada do documento, contudo, não lhe parece que o documento agora apresentado as tenha tido em conta. -----

Mais referiu que também o BE sugeriu algumas alterações, tendo umas sido consideradas e outras não, como é o caso do artigo 5º, em que os apoios financeiros deviam ser em função das actividades protocoladas e não projectadas. Acrescentou também que lhe subsiste a dúvida, se os apoios são cumulativos relativamente às Associações legalmente constituídas ou de utilidade pública. -----

O senhor José Sucena esclareceu que, aquando da primeira abordagem deste assunto em sessão anterior, não objectivou qualquer alteração ao seu conteúdo, somente concordou que o mesmo fosse retirado. -----

Mais referiu que o Regulamento agora apresentado ultrapassa o que no outro não parecia correcto, e que o mesmo contempla a matéria que um documento deste tipo deve conter nomeadamente, o objecto, os prazos, os beneficiários, as modalidades, os montantes e as condições que permitem a atribuição das verbas. -----

O senhor Arnaldo Frade referiu que o aperfeiçoamento do documento deve ser o mais elevado possível, chamando a atenção para o facto do artigo 5º prever que a Câmara Municipal tem o direito de suspensão e no texto do protocolo a estabelecer com as entidades se referir que ambas as partes tem aquele direito, prorrogativa que também deve constar no Regulamento. -----

Mais referiu que é preferível ter um Regulamento do que continuar a deliberar de uma forma avulsa. Contudo, considera que, se o documento for melhorado, só dignifica o Município. -----

Interveio novamente o senhor Francisco Roque, referindo que, efectivamente, este assunto foi retirado de Sessão anterior na sequência das questões levantadas pelos senhores, Arnaldo Frade e José Sucena, tendo até sido levantada a questão; se o mesmo tinha sido analisado por juristas. Contudo, em sua opinião, o documento agora apresentado é praticamente igual ao anterior, tirando uma ou outra alteração. -----

Mais referiu que é importante que exista um Regulamento, o qual, neste caso define pequenas ajudas e não apoios substanciais, acrescentando que o Movimento Associativo precisa destas ajudas, mas não devem ser criadas situações de grande dependência como acontece em alguns Municípios, porque, se os apoios falham, os projectos são colocados em causa. -----

O senhor Nuno Braz referiu não conhecer regulamentos perfeitos, congratulando-se com a iniciativa da Câmara Municipal, de elaborar o documento em apreço, considerando positivo o esforço feito para a definição de critérios nesta matéria. Acrescentou que as ajudas que o mesmo contempla são um incentivo aos clubes e, em alguns, casos a garantia da sua subsistência. -----

O senhor Carlos Pereira Dias referiu reconhecer a necessidade do Regulamento em discussão, o qual, em sua opinião, há muito se impunha. Contudo, considerou que não vai ser tarefa fácil a sua implementação pela Autarquia, tendo em conta as fragilidades existentes na gestão dos Clubes por parte das Direcções, as quais, em alguns casos, não estão em condições para responder ao que o Regulamento exige, excepto alguns clubes, como o JAC, que tem tido uma direcção estável, o que já não acontece com a União Sport Clube e outras Associações Desportivas do Município, devido à dificuldade que existe em encontrar elementos com capacidade para constituírem os Corpos Sociais. ----

O senhor Presidente concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal que a passou à senhora Vereadora Margarida Santos, a qual esclareceu que, do ponto de vista jurídico e a nível do conteúdo do documento foram analisadas as alterações sugeridas, tendo algumas sido consideradas. Mais esclareceu que, do artigo 8º ao artigo 9º, são contemplados critérios estabelecidos para a atribuição de apoios aos clubes. Acrescentou que no referente a direitos e deveres, as associações não estão sempre à disposição da Câmara Municipal, só quando for possível, conforme o previsto na alínea c) do ponto 4. da Cláusula 4ª, do Protocolo a estabelecer. Assim como a Câmara Municipal também estará disponível para apoiar as iniciativas dos clubes, em meios humanos técnicos e logísticos. -----

Mais informou que as formas de pagamento serão definidas quando os protocolos forem submetidos à Câmara Municipal, com base numa análise equilibrada de cada situação. - Acrescentou que as Câmaras Municipais não podem deixar de apoiar os clubes, mas não é o suficiente para as suas actividades, pelo que também os incentivam a procurar outras formas de apoio. -----

Esclareceu ainda que as entidades receberão trezentos euros por estarem constituídas legalmente e mais trezentos euros se tiverem o estatuto de utilidade pública. -----

No referente às dificuldades de gestão das associações, informou que a Câmara Municipal também está a ajudar nesta matéria. Acrescentou que os clubes já têm experiência no que se refere à elaboração dos documentos que vão ter que entregar na Câmara Municipal para a atribuição dos apoios nomeadamente, os planos de actividades e orçamentos, porque já o vem fazendo há algum tempo. -----

Referiu ainda que, anualmente, a Câmara Municipal decidirá sobre os valores a inscrever no orçamento para apoio aos clubes, de uma forma equilibrada e com base nas actividades que os mesmos se propuserem desenvolver. -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que se tentou reverter para o documento as sugestões levantadas pela Assembleia Municipal, embora nem tudo tenha sido considerado, acrescentando que os contributos dados foram importantes para melhorar o documento.-----

Mais referiu que se trata do primeiro Regulamento sobre os apoios correntes às colectividades, o qual compreende um conjunto de critérios e premissas, dando ênfase à formação desportiva e qualificação técnica, o que exigirá um esforço significativo da Câmara Municipal em termos processuais e uma nova cultura organizacional das colectividades. -----

Não havendo mais inscrições para o uso da palavra, o senhor Presidente colocou a **proposta** a votação, tendo sido **aprovada, por maioria**, com vinte e cinco votos a favor, dezanove dos eleitos da CDU, senhores, Sérgio Baptista Pereira Bento, Maria Olímpia Lampreia Silva, Paula Maria Daniel de Melo Lopes, Joaquim António Gamito, António Gonçalves Pereira, José Élio Sucena, Margarida Isabel de Matos Pereira, João Saraiva de Carvalho, Igor Filipe Almeida Guerreiro, José Joaquim Catalino dos Santos, Rui Manuel da Conceição Madeira dos Santos, Nuno Aires, Hélder António Pereira Nunes, Vítor Paulo de Jesus Miguel Barata, Ângela Matias, Armando Vítor Rodrigues Climas, Joaquim António Gonçalves, Pedro Miguel Candeias Pereira Gamito e Fernando Gonçalves dos Santos, quatro dos eleitos do PSD, senhores, Carlos Manuel Lourenço Pereira Dias, Nuno Alexandre Vilhena Braz, José Augusto Sabino Diogo, António João Antunes Isidoro e Jorge Manuel Pereira Simões Romano Pinela, um voto do eleito do BE, senhor Francisco Roque e um voto de um eleito do PS, senhor Luís Duarte. -----

Seis abstenções, de eleitos do PS, senhores, Arnaldo Pereira Gonçalves Frade, Maria de Lurdes Palminha Pereira Gomes, José Augusto Sabino Diogo, Miriam Mills Mascarenhas Barbosa Vicente, Alberto Manuel de Sousa Dias de Brito e Fernando Augusto Pereira de Sousa.-----

**JUSTIFICAÇÃO DE VOTO:** Pelo senhor Arnaldo Frade, em representação dos eleitos do PS que se abstiveram, foi feita a seguinte declaração de voto: “Abstemo-nos, não por considerarmos que houve grandes progressos relativamente às alterações introduzidas, entendemos que continua a haver falhas do ponto de vista dos critérios e do equilíbrio entre direitos e deveres, no entanto, consideramos que é melhor que o Município tenha este Regulamento do que não ter nenhum Regulamento neste âmbito, para além de que, a Câmara Municipal terá sempre a oportunidade de o melhorar, procedendo às alterações necessárias.” -----

**b) Proposta de Regulamento Municipal de Alienação de Lotes de Terreno para Habitação.** -----

O senhor Presidente concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal que apresentou e fundamentou a proposta abaixo indicada, passando em seguida a palavra ao senhor Vereador Álvaro Beijinha, para algumas explicações complementares sobre o assunto, o qual se referiu nomeadamente, à introdução no mesmo de critérios objectivos para a atribuição dos lotes com a maior transparência possível. -----

**“PROPOSTA:** Aprovar a Proposta do Regulamento Municipal de Alienação de Lotes de Terreno para Habitação, em conformidade com o texto em anexo\*, a qual foi submetida a apreciação pública nos termos do artº 118º do Código de Procedimento Administrativo, tendo sido publicada no Apêndice nº 88 do Diário da República 2ª

Série, nº 245 de 22 de Dezembro de 2006 – Aviso nº 7757/2006 – AP, não tendo surgido propostas para alterações.-----

**FUNDAMENTOS:** Ao abrigo do artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa, e no uso da competência prevista na alínea a) do n.º 6 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e da alínea a) do nº 2 do artigo 53.º do mesmo diploma.” -----

\*Documento que é dado como reproduzido na presente acta com o número dois, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de actas, depois de rubricado pelos membros da Mesa. -----

O senhor Presidente colocou a proposta para discussão. -----

Interveio o senhor Fernando Pereira de Sousa, chamando a atenção para a dificuldade que se poderá verificar na classificação para atribuição dos lotes com base nos critérios previstos, considerando que o processo seria facilitado se houvesse mais escalões relativos aos níveis etários, dando alguns exemplos práticos. -----

O senhor Arnaldo Frade referiu que este Regulamento foi melhor conseguido que o anterior, apresentando uma maior sistematização e organização de ideias, de onde resulta maior clareza, com todo o respeito pelo trabalho dos técnicos que elaboraram o documento relativo ao apoio às colectividades. -----

Relativamente ao conteúdo específico do documento, chamou a atenção de que na Nota Justificativa devia ser reformulada a frase “... profissões de relevante interesse para o Município”, por “... profissões de **interesse acrescido** para o Município”, porque tal como está, dá a ideia de que há profissões que não tem interesse para o Município.-----

Considerou ainda que seria de avaliar a possibilidade de dilatar o do prazo, de 24 horas, previsto no artº 12º para pagamento dos 10% do valor do lote. -----

No referente à divulgação do concurso, chamou a atenção que o artº 16º prevê a publicação num jornal local e o artº 25º num jornal local e num jornal nacional, sugerindo que fosse adoptado o mesmo critério em ambos os artigos. Acrescentou que no artº 22º , será de substituir o termo poderá por **deverá**, por uma questão de congruência com o boletim. No nº 1 do artº 26º, considerou que seria de substituir o termo “identificados” por **mandatados**, e no nº 5 do mesmo artigo, substituir “nulidade” por **anulabilidade**, porque considera mais correcto a aplicação de um termo mais flexível nesta situação.-----

Interveio o senhor Francisco Roque, sugerindo uma maior flexibilização nos meios e prazos de pagamentos previstos.-----

Mais referiu que seria de rever a redacção do artº 27º, introduzindo uma melhor enunciação sobre a forma em que pode haver situações de excepção. -----

Questionou a Câmara Municipal sobre o número de lotes de que a mesma dispõe para alienar no ano em curso, a fim de avaliar da aplicabilidade do Regulamento em discussão.-----

O senhor Presidente da Câmara Municipal passou a palavra ao senhor Vereador Álvaro Beijinha, o qual começou por dar algumas explicações sobre a questão relativa aos escalões. Sobre o prazo de vinte e quatro para o pagamento dos 10%, considerou que pode ser revisto, para um prazo de dois dias úteis. Em relação ao prazo de pagamento de 90 dias, informou que houve o cuidado de procurar saber junto de entidades bancárias quais os prazos para a concessão de créditos, o qual é, em média, de 60 dias. -----

Deu ainda mais alguns esclarecimentos gerais sobre as restantes questões colocadas. ---

O senhor Jorge Pinela sugeriu que o prazo do pagamento dos 10% fosse alargado para oito ou dez dias úteis, caso não haja prejuízo para o Município.-----

O senhor Vereador Álvaro Beijinha esclareceu que os candidatos sabem da atribuição dos lotes com alguma antecedência, normalmente quinze dias, pelo que não se justifica o alargamento do prazo para além de dois dias. -----

Interveio o senhor José Sucena, referindo relativamente à publicitação, que se trata de duas situações diferentes, dado que o artº 16º tem a ver com o concurso, o qual é dirigido aos residentes, enquanto o artº 26 se refere à Hasta Pública, que é do interesse geral, pelo que considera que a redacção dos mesmos deve ficar como está. -----

Não havendo mais inscrições para o uso da palavra, o senhor Presidente colocou a **proposta** a votação, tendo sido **aprovada, por unanimidade.** -----

## **8. ACTIVIDADE AUTÁRQUICA** -----

O senhor Presidente concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal para apresentação da informação sobre a actividade da Câmara Municipal, de Novembro e Dezembro de dois mil e seis, documento que é dado como reproduzido na presente acta com o número quatro, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de actas depois de rubricado pelos membros da Mesa. -----

Tendo em conta que alguns membros da Assembleia Municipal não receberam atempadamente o documento, devido a atrasos nos Correios, ficou adiada a discussão do documento para a próxima Sessão. -----

Interveio o senhor Fernando Pereira de Sousa, referindo que a Assembleia Municipal é o órgão, por excelência, que fiscaliza a actividade da Câmara Municipal no Município, pelo que considera que este é um ponto tão importante como os outros, acrescentando que embora concorde que a sua discussão seja adiada, entende que o mesmo não pode deixar de ser discutido.-----

## **OUTRAS QUESTÕES** -----

### **ANO EUROPEU PARA A IGUALDADE DE OPORTUNIDADES**-----

O senhor Arnaldo Frade referiu que o senhor 1º Ministro apresentou publicamente o plano de acção referente àquela iniciativa, à qual já aderiram quarenta Municípios, questionando se Santiago do Cacém se insere naquele número ou se está a avaliar a sua participação. -----

Mais sugeriu que o Município equacione a preparação de iniciativas neste âmbito, e que tenha lugar uma Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal, com o convite a várias instituições, para se preparar um plano de acção sobre as diferentes problemáticas que se inserem nesta iniciativa. -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal informou que o Município não está no grupo que já aderiu àquela iniciativa, acrescentando que o seu conceito sobre este assunto é que todos os anos devem ser de igualdade de oportunidades, pelo que a Câmara Municipal continuará a desenvolver acções neste âmbito. -----

Deu conhecimento que a Câmara Municipal assinou recentemente um protocolo com a CERCISIAGO, com uma comparticipação financeira de doze mil euros, o qual prevê que os jovens que frequentam aquela Instituição desenvolvam actividades de manutenção do espaço envolvente das Piscinas Municipais. -----

Mais referiu que as iniciativas a desenvolver no âmbito da igualdade de oportunidades, numa sociedade cada vez mais desigual, deve começar pela base económica e social, tendo em conta o baixo rendimento da maioria da população, o desemprego e outras matérias fundamentais.-----

O senhor Arnaldo Frade referiu concordar que o Ano Europeu Para Igualdade de Oportunidades deve ser todos os anos, assim como o Dia da Liberdade, e o Dia do Trabalhador deve ser todos os dias. Contudo, acrescentou que não se deixa de assinalar

o 25 de Abril e o 1º de Maio. Pelo que, existindo esta oportunidade para chamar a atenção para as desigualdades existentes e dando a Câmara Municipal contributos nesse sentido, considerou que este é o caminho certo. -----

### **NÚCLEO DA CRUZ VERMELHA DE ERMIDAS SADO – TRANSFERÊNCIA DE VERBAS -----**

O senhor Arnaldo Frade questionou o senhor Presidente da Câmara Municipal, se vão ser feitas transferências para aquela entidade relativas a dois mil e seis e a dois mil e sete. -----

O senhor Presidente da Câmara informou que esta questão está sendo equacionada relativamente a dois mil e sete, tendo em conta que aquela Entidade não recebe apoios da Cruz Vermelha Central, contando somente com as verbas das Autarquias e das iniciativas que desenvolve para angariação de fundos. -----

Mais informou que, em dois mil e seis, não foi atribuída verba àquela Entidade. -----

O senhor Arnaldo Frade apelou à Câmara Municipal para analisar este assunto, tendo em conta que estão em causa serviços importantes para as populações, não só da freguesia de Ermidas, mas também da freguesia de Abela, informando que no ano transacto, aquele Núcleo da Cruz Vermelha efectuou novecentos serviços na freguesia de Ermidas e duzentos na freguesia de Abela. -----

Acrescentou esperar que a Câmara Municipal seja sensível à situação, porque se está a falar de primeiros socorros e do transporte de pessoas para o Hospital, e que honre também o compromisso relativo a dois mil e seis, por considerar que, se a Autarquia apoia outras entidades, desportivas, culturais, assim como as Associações dos Bombeiros, não deixará de o fazer relativamente àquele Núcleo da Cruz Vermelha. -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que é sobejamente conhecido o apoio da Câmara Municipal àquele Núcleo da Cruz Vermelha, o que tem sido reconhecido pelo o mesmo. -----

Mais esclareceu que a Câmara Municipal apoia as Associações de Bombeiros no que se refere à primeira intervenção, ou seja, no combate aos fogos, acrescentando que em relação à emergência médica, não é atribuída verba, mas sim apoio logístico, dado que se trata de um a prestação de serviços feita pelos Bombeiros ao Serviço Nacional de Saúde, pelo qual deviam ser melhor remunerados, porque o valor por quilómetro que recebem fica muito aquém do valor do custo do mesmo. -----

Referiu ainda que as Associações de Bombeiros e o Núcleo da Cruz Vermelha de Ermidas, não querem esmolas, mas sim a justa correcção daquele valor, informando que a Liga de Bombeiros está a tratar desta matéria com o Governo numa perspectiva nacional. -----

-----  
Não havendo mais assuntos a tratar, foi lida pelo senhor Primeiro Secretário a relação, em minuta, das deliberações tomadas na presente Sessão, a constar em acta. -----

Após a leitura foi a mesma colocada à discussão pelo senhor Presidente, não se tendo verificado inscrições para o fazer. -----

Em seguida procedeu-se à sua votação, tendo sido aprovada, por unanimidade. -----

Os trabalhos foram declarados encerrados pelo senhor Presidente, era uma hora e trinta minutos, do dia vinte e quatro de Fevereiro de dois mil e sete. -----

Desta Sessão se lavrou a presente acta que vai ser assinada pelos membros da Mesa. -----

---

---